

JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010



MARÇO/2011

JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Campo Grande, março de 2011

SUMÁRIO

Introdução	5
Identificação da Unidade Jurisdicionada	10
Responsabilidades Institucionais da UJ	11
Competência institucional	11
Objetivos estratégicos	11
Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	12
Análise do andamento do plano estratégico da unidade	12
Análise do plano de ação da unidade	15
Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	15
Execução física das ações realizadas pela UJ	15
Análise crítica da execução física das ações realizadas pela UJ	16
Programação orçamentária das despesas	17
Programação de despesas correntes	17
Programação de despesas de capital	18
Quadro resumo da programação de despesas	19
Análise crítica da programação orçamentária	19
Movimentação orçamentária por grupo de despesa	20
Análise crítica da movimentação orçamentária	21
Execução orçamentária da despesa	22
Execução orçamentária de créditos originários da UJ	22
Análise crítica da execução orçamentária de créditos originários da UJ	24
Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação..	25
Análise crítica da execução orçamentária da UJ por créditos recebidos por movimentação	27
Indicadores Institucionais	27
Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	28
Análise crítica do reconhecimento de passivos	28
Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	28
Análise crítica dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	29
Informação sobre os recursos humanos da UJ.....	29
Composição do quadro de servidores ativos	29
Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	33
Composição do quadro de estagiários	34
Quadro de custos de recursos humanos	35
Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra	38
Indicadores gerenciais sobre recursos humanos da UJ.....	41
Análise crítica dos recursos humanos da UJ	44
Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	46
Estrutura de controles internos da UJ	47
Gestão ambiental e licitações sustentáveis	49
Gestão de bens imóveis de uso especial	51
Análise crítica sobre a gestão de bens imóveis de uso especial	54
Gestão de tecnologia da informação (TI)	55
Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal	56
Deliberações do TCU atendidas no exercício	56
Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	57
Recomendações do OCI atendidas no exercício	59
Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	62

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANAJUCLA – Associação Nacional dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho

ANAJUSTRA – Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

IN – Instrução Normativa

LOA – Lei Orçamentária Anual

OCI - Órgão de Controle Interno

PLOA – Projeto de Lei da Lei Orçamentária Anual

RG – Relatório de Gestão

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Orçamentária e Financeira do Governo Federal

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UG – Unidade Gestora

UGO – Unidade Gestora Orçamentária

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

VT – Vara do Trabalho

LISTA DE DECLARAÇÕES - ANEXOS

TÍTULO

Declaração do Contador responsável	69
Declaração da área responsável pelo registro dos contratos, convênios e termos de parceria nos sistemas correspondentes.....	70
Mapa Estratégico da UJ	71
Síntese do Plano Estratégico 2010/2014	72

1. Introdução

Conforme estabelecido na Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, apresentamos o Relatório de Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região relativo ao exercício de 2010, ressaltando-se que, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado, no exercício de referência, no que tange ao item 6 da Parte A, posto que a UJ não realizou transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, bem assim quanto aos itens 2 a 5 da Parte B, tendo em vista que a própria Decisão Normativa dispensou a sua apresentação. Já o item 14 da Parte A, que trata das informações sobre Renúncia Tributária, não se aplica à UJ, que não lida com processos dessa natureza; de igual forma as Partes C e D, visto que dizem respeito especificamente a outras unidades jurisdicionadas.

São apresentadas neste Relatório de Gestão, entre outras, informações acerca do Planejamento Estratégico 2010/2014, da Programação Orçamentária e Execução da Despesa, da Gestão de Recursos Humanos, das políticas adotadas pela UJ em questões como Gestão Ambiental e de Tecnologia da Informação, das providências adotadas em relação às deliberações do Tribunal de Contas da União atendidas ou pendentes de atendimento e das recomendações do Serviço de Controle Interno da UJ cumpridas ou pendentes de atendimento atendidas no exercício de 2010.

Assinalamos, a seguir, as principais realizações da UJ durante o ano de 2010, as quais se inserem no contexto de uma longa sequência de administrações bem sucedidas desta Corte, desde a sua criação em 1992, bem como os projetos previstos para execução no próximo exercício.

No âmbito das atividades finalísticas, podemos destacar a realização da Semana Nacional de Conciliação, que faz parte do Projeto Conciliar deste Regional. O balanço final foi altamente positivo. Dos 1.068 processos submetidos à conciliação, foram homologados 663 acordos, o que representou um índice de 62,78% de êxito. Nesse período foram atendidas 4.507 pessoas e os valores negociados ficaram na ordem de R\$ 4.950.366,72. Dentre esses números, contam ainda, a participação da vice-presidência do Tribunal, realizando, durante a Semana, 11 audiências de conciliação em processos que se encontravam em fase de recurso de revista. Foram homologados 3 acordos, movimentando R\$ 122.621,90.

Com os resultados obtidos, o Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul destacou-se entre os 10 melhores tribunais do país em relação à quantidade de acordos efetuados, ao mesmo tempo que, entre os Tribunais Regionais do Trabalho, ficou destacado entre os quatro melhores, com o índice de 62,78% de acordos.

Releva mencionar a realização de Varas Itinerantes em cidades do interior do Estado que não dispõem de unidades físicas da Justiça do Trabalho, ampliando significativamente o acesso à Justiça ao cidadão desses municípios.

Outra importante ação diz respeito ao cumprimento integral das Metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Em esforço conjunto da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária e da Secretaria de Informática, foi possível o cumprimento de diversas deliberações do Conselho Nacional de Justiça, tais como a implantação da Numeração Única de Processos do Judiciário, as Tabelas Processuais Unificadas e o início da implantação do sistema e-Gestão e do Assinador Eletrônico de Despachos.

Dentre as ações de cunho social, destacamos a participação do Tribunal em diversos eventos externos, tais como: “17ª Ação Global” promovida pelo Serviço Social da Indústria - SESI, em parceria com a Rede Globo, “12º Transporte e Cidadania” do Serviço Social do Transporte - SEST e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, e do Dia Nacional da Responsabilidade Social realizado pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Nesses eventos, o TRT participou prestando informações sobre processos, orientações jurídicas e justiça itinerante.

Merece distinção, igualmente, a manutenção de convênios e acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades parceiras, tais como a Receita Federal, Associação dos Notários e Registradores do MS - ANOREG, Junta Comercial, Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MS e outros, para o acesso às informações de interesse da Justiça constantes de seus bancos de dados, com vistas à agilização da solução e execução dos conflitos trabalhistas.

Destaque importante também para o Acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho/MS e a Comissão Permanente de Investigação das Condições de Trabalho no Estado de MS, para a elaboração do “Caderno de Direitos Trabalhistas” nas línguas indígenas Terena e Guarani, disponibilizando a essas comunidades a cartilha com os principais direitos e obrigações dos trabalhadores, em linguagem acessível e de fácil compreensão.

Outro fator relevante da gestão se traduz no respeito às questões ecológicas, tendo a Comissão Permanente de Gestão e Educação Ambiental desenvolvido diversas ações de conscientização de magistrados e servidores quanto à correta utilização e destinação de materiais e equipamentos, redução no consumo de água, energia elétrica, papéis, etc., de modo a minimizar os impactos ambientais.

A modernização das instalações físicas das unidades teve continuidade em 2010, com destaque para a continuidade da execução da obra da nova sede do Tribunal, cujos serviços executados no ano importaram em R\$ 12.650.997,98, estando a conclusão prevista para o exercício de 2011, ao final do qual serão reinstaladas no atual edifício-sede as 7 Varas Trabalhistas de Campo Grande, ora ocupando 3 imóveis locados pelo Tribunal, o que reduzirá as despesas com aluguéis.

No interior do Estado, diversas ações foram empreendidas para a regular manutenção dos prédios das Varas do Trabalho, a exemplo das VTs de Nova Andradina e Dourados, com vistas à melhoria das condições de trabalho de magistrados, servidores e demais usuários da Justiça do Trabalho.

Foram mantidas negociações com as Prefeituras Municipais de Rio Brillhante, Amambai, São Gabriel do Oeste, Jardim e Bataguassu, para a obtenção de terrenos destinados à construção das sedes próprias dessas Varas do Trabalho, as quais ocupam imóveis alugados ou cedidos pelos respectivos municípios, com algumas doações já concretizadas e outras em fase de regularização perante os órgãos competentes.

Na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, foram implementadas diversas iniciativas para o aperfeiçoamento dos sistemas informatizados, modernização da infra-estrutura e do parque de equipamentos e melhoria da segurança das informações armazenadas, destacando-se a aquisição e instalação de cofres modulares para proteção de servidores de rede e de banco de dados, instalação de grupo-gerador e de no-breaks de grande porte para garantir o fornecimento ininterrupto de energia, implantação do Site de Backup, com a instalação de módulo Storage e novos servidores de backup, entre outros.

Outra prioridade da gestão foi a capacitação de recursos humanos, com estímulo para o comprometimento e a motivação de magistrados e servidores com os objetivos da organização. Em 2010 a capacitação dos servidores passou a cargo da Escola Judicial do TRT da 24ª Região, até então responsável somente pelos cursos, palestras e treinamentos destinados aos magistrados.

Os avanços decorrentes das realizações supra referidas, dentre outras abordadas no presente Relatório de Gestão, são fruto do engajamento de magistrados, servidores e colaboradores aos objetivos institucionais, possibilitando ampliar a resposta aos anseios da sociedade por melhores serviços, com eficiência e efetividade na utilização dos recursos públicos, traduzida na extensão da prestação jurisdicional ao cidadão, com responsabilidade social e respeito ao meio ambiente.

O Planejamento Estratégico do TRT da 24ª Região para o período de 2010/2014, elaborado em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ e CSJT, definiu uma série de projetos estratégicos deste Tribunal, em relação aos quais explanamos os procedimentos adotados para a sua realização no exercício de 2010, bem como tecemos, concomitantemente, um panorama para o exercício de 2011:

a) Área fim:

a.1 – Implantação do processo judicial eletrônico: O módulo do Assinador eletrônico de Documentos (Assineweb) foi concluído e está em processo de instalação nas Varas do Trabalho. Na presente data está instalado nas 1ª, 2ª, 5ª, 6ª e 7ª Varas do Trabalho da capital, 1ª VT de Dourados, 1ª e 2ª VT de Três Lagoas, VT de São Gabriel do Oeste e VT de Coxim. As demais dependem da execução do cronograma de treinamentos previsto para o 1º semestre deste ano. Atualmente encontra-se em desenvolvimento o Módulo do Magistrado, voltado para os atos praticados pelos juízes, com previsão de entrega para 20 de abril do corrente ano.

a.2 – Instalação da Central de Atendimento ao cidadão: Projeto com previsão de início em 2011, de acordo com o Planejamento Estratégico 2010/2014.

a.3 - Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho: Os meses de setembro e outubro marcaram o início do Projeto “Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho”. Foram realizadas capacitações dos magistrados e servidores envolvidos com os processos de trabalho em estudo, com o objetivo de identificar e mapear os métodos e processos de trabalho atuais das áreas judiciária e administrativa, no intuito de analisá-los e redesenhá-los, com vistas à simplificação de procedimentos e eliminação ou redução de rotinas de retrabalho e gargalos, na medida do possível.

a.4 - Central de boas práticas em processos de execução: Projeto com previsão de início em 2011, de acordo com o Planejamento Estratégico 2010/2014.

a.5 - Informações sociais de executados: Projeto com previsão de início em 2012, de acordo com o Planejamento Estratégico 2010/2014.

a.6 – Comunicação estratégica: Este TRT tem se utilizado dos seguintes canais de comunicação: ouvidoria, TV, rádio, *blog*, *intranet*, *internet* e *twitter*, por meio dos quais divulga seus produtos, tais como, informativo eletrônico, vídeos institucionais, *releases*, entre outros. Sua meta para 2010, que era de utilizar sete canais de comunicação, está cumprida.

b) Área de apoio administrativo:

b.1 – Modernização de Instalações Físicas:

b.1.1 – Conclusão da obra da nova sede do Tribunal: obra não concluída em face da restrição orçamentária.

b.1.2 – Construção das sedes próprias das Varas do Trabalho de São Gabriel do Oeste e Amambai: realizados os serviços de elaboração dos projetos executivos, cadernos de encargos e cronograma físico-financeiro.

b.1.3 – Início da adaptação do atual edifício-sede para receber as 7 Varas do Trabalho de Campo Grande: serviços ainda não iniciados, haja vista que para isso se faz necessária a mudança do TRT para a nova sede.

b.2 – Tecnologia da Informação:

b.2.1 – Renovação parcial do parque de equipamentos: Foi criado o objetivo estratégico "Garantir a atualização tecnológica" no Planejamento Estratégico de TI. Foi definido o indicador 18 "Índice de atualidade dos equipamentos" medido para as estações de trabalho em utilização nas varas do trabalho. A meta de 50% de estações de trabalho das varas com no

máximo 3 anos de uso foi cumprida haja vista que do total de 326 computadores, 177 estavam com no máximo 3 anos (54%).

b.2.2 – Atualização da infraestrutura tecnológica: Foi criado o indicador "Prover a infraestrutura de TI" no Planejamento Estratégico de TI. Foi definido o indicador 19 "Índice de atualidade dos equipamentos servidores" medido para os servidores de banco de dados, email, gabinete virtual, aplicações, DNS, DHCP e LDAP. A meta era de 80% de servidores com no máximo 5 anos de uso. Do total de 30 servidores, 27 estavam com no máximo 5 anos, equivalente a 90%.

b.3 – Recursos Humanos:

b.3.1 – Realização de Concurso Público para servidores, visando ao provimento de 72 cargos criados pela Lei nº 12.250, de 11 de junho de 2010, sendo 47 cargos de Analista Judiciário e 25 de Técnico Judiciário. Autorizada em 2010 a realização do concurso, ainda em andamento, com a aplicação das provas no dia 27 de fevereiro último.

b.3.2 – Formação inicial e continuada de magistrados.

b.3.3 - Ampliação das ações de capacitação de magistrados e servidores: Foi elaborado o Plano Pedagógico para o ano de 2010, o qual está se desenvolvendo conforme planejado e as metas de capacitação do Plano Estratégico para 2010 para magistrados e servidores já foram superadas, conforme indicadores de desempenho.

b.3.4 – Qualidade de vida e satisfação pessoal: projeto com previsão de início em 2011, de acordo com o Planejamento Estratégico 2010/2014.

b.3.5 – Cumprimento da Resolução nº 53 do CSJT, que regulamenta a adequação do número de servidores e de funções comissionadas - revogada pela Resolução CSJT nº 63, de 28 de maio de 2010. Por meio da Resolução Administrativa nº 118/2010, este Tribunal aprovou os seguintes critérios:

a) enquadramento das Varas do Trabalho e dos Gabinetes dos Desembargadores, com base na média do número de processos de 2007, 2008 e 2009 e, ainda, a projeção do número de processos para 2010, tendo por base a média dos processos recebidos no primeiro semestre.

b) a reorganização da lotação das Varas e Gabinetes após a realização do Concurso Público para servidores em andamento; e.

c) extinção e redução das atuais funções comissionadas para implementar as novas Funções Comissionadas - FCs criadas pela Resolução CSJT nº 63/2010.

b.4 - Responsabilidade social e ambiental:

b.4.1 – Justiça cidadã: Projeto com previsão de início em 2012, de acordo com o Planejamento Estratégico 2010/2014.

b.4.2 – Educação, Trabalho e Justiça: O Projeto “Educação, Trabalho e Justiça” tem por finalidade estabelecer um canal de interação com as instituições de ensino locais, tendo por verdadeiro que essa ação constitui-se num dos meios que levam a criança e o jovem a compreender o valor da justiça social, com a promoção de ações educativas que impliquem, para esse segmento da sociedade, o esclarecimento das funções do Judiciário, de seus atores (magistrados e servidores) e de suas tantas possibilidades de

indicar o caminho da paz social. O Projeto atendeu, no ano de 2010, o total de 1.204 estudantes.

- b.4.3 – Gestão ambiental: Continuidade das ações implementadas pela Comissão Permanente de Gestão e Educação Ambiental, dentre elas podemos destacar: a) redução no consumo de energia elétrica, com o desligamento dos aparelhos de ar condicionado às 17h50min; b) utilização de envelopes reutilizáveis; c) incentivo à redução do consumo de papel, com impressão de documentos em frente e verso; d) utilização prioritária de meios eletrônicos para divulgação de notícias internamente; e) política de destinação para as pilhas, baterias, celulares que não estão mais sendo utilizados pelos servidores, mesmo que de cunho pessoal; f) construção sustentável (obras e serviços de engenharia), etc.

Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL			
Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Conselho Superior da Justiça do Trabalho			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Denominação abreviada: TRT da 24ª Região			
Código SIORG:	Código LOA: 15125	Código SIAFI: 080026	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Justiça			Código CNAE: 8423-0
Telefones/Fax de contato:	(067) 3316-1721	(067) 3316-1856	(067) 3316-1858 - fax
Endereço eletrônico: dgca@trt24.jus.br			
Página da Internet: http://www.trt24.jus.br			
Endereço Postal: Rua Jornalista Belizário Lima, 418 – Vila Glória – Campo Grande/MS – CEP-79004-912			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.431, de 9 de junho de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 10 de junho de 1992			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, disponível no link: http://www.trt24.jus.br/www_trtms/pages/regimento_interno.jsf			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Materiais disponíveis por meio do link: http://www.trt24.jus.br/www_trtms/pages/consultas.jsf			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
080026	Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
080026		00001	

3 – Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária da UJ

3.1 - Responsabilidades institucionais da UJ

3.1.1 – Competência Institucional

A competência do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região é a que se encontra no art. 114 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, qual seja, processar e julgar:

- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- as ações que envolvam exercício do direito de greve;
- as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;
- os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;
- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;
- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;
- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;
- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; e
- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

3.1.2 – Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos desta Unidade são aqueles arrolados no Planejamento Estratégico da Unidade para o período 2010-2014, a saber:

- Melhorar os serviços disponibilizados
- Agilizar o trâmite Processual.
- Facilitar o acesso à justiça.
- Melhorar a efetividade na execução.
- Desenvolver programas de responsabilidade social.
- Garantir a atualização da infraestrutura tecnológica.
- Melhorar as estruturas físicas de todas as unidades.
- Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.
- Ampliar parcerias com outras instituições.
- Fortalecer a imagem institucional.
- Buscar uniformização na realização dos procedimentos de execução.
- Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços.

- Buscar prover as unidades com número de servidores compatível com sua demanda.
- Promover a sustentabilidade orçamentária.
- Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas com foco nas necessidades da instituição.
- Desenvolver programas de formação inicial e continuada de magistrados e servidores, via Escola Judicial.
- Buscar a melhoria contínua do clima organizacional, da qualidade de vida e da satisfação pessoal.
- Promover meios para motivar e comprometer as pessoas com os objetivos da instituição.
- Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC.
- Garantir a disponibilidade dos sistemas de informação.

3.2 - Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

3.2.1 – Análise do andamento do plano estratégico da unidade

No ano de 2010, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica direcionaram suas atividades para a execução da estratégia definida em 2009.

Nesse primeiro ano de implantação do Plano Estratégico, a priorização foi para os projetos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da instituição e daqueles necessários ao estabelecimento de uma base para o desenvolvimento dos projetos dos anos seguintes. Dessa forma, foram priorizados o investimento na qualificação de magistrados e servidores e no melhoramento dos fluxos dos processos e, conseqüentemente, das rotinas de trabalho, através do mapeamento, análise e redesenho de processos de trabalho nas áreas judiciária e administrativa, os quais abrangeram a grande maioria das unidades das áreas fim e meio do Tribunal.

Por se tratar do primeiro ano de execução do primeiro Plano Estratégico deste órgão, no âmbito da gestão de projetos, as atividades do Núcleo se concentraram em estudos para o desenvolvimento de metodologia para dar suporte ao desenvolvimento dos próximos projetos estratégicos. Foram realizadas pesquisas em outros Tribunais, no Conselho Nacional de Justiça e no Tribunal de Contas da União e estudos. O Núcleo de Gestão Estratégica está agora preparando um treinamento para os gestores dos projetos estratégicos, para posterior adoção de uma metodologia e software de gerenciamento de projetos. O Tribunal está em fase de estruturação do Núcleo de Gestão Estratégica e do Escritório de Projetos.

Para divulgação do Plano Estratégico do TRT da 24ª Região e sensibilização, durante os meses de abril e maio de 2010, foi enviado para cada Vara Trabalhista um banner com o mapa estratégico e, no mês de junho, realizou-se a distribuição a cada magistrado e servidor de um folder com o mapa estratégico.

Em seguida, foi inaugurado o portal da Gestão Estratégica no *site* do TRT da 24ª Região, contendo as informações acerca da Missão, Visão, Valores institucionais, Mapa Estratégico, Plano Estratégico, Pesquisas, Equipes do Planejamento Estratégico, Contatos, Fotos e o Plano Estratégico Interativo, que passaram a ficar disponíveis para toda a sociedade através da rede mundial de computadores.

No mês de julho de 2010, por ocasião da Correição Ordinária do Tribunal Superior do Trabalho, foi realizado o primeiro levantamento dos resultados dos indicadores de desempenho. Essas informações coletadas serviram de subsídio para a realização, em 1º de setembro do mesmo ano, da 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE). O evento contou com a participação dos membros da Equipe de Líderes e teve o objetivo de analisar o andamento do Plano Estratégico, apresentar o desempenho dos indicadores e verificar os de baixa performance, analisar os problemas e deliberar acerca de sugestões, com a finalidade de impulsionar a execução dos projetos.

Nos meses de setembro e outubro, foi iniciado o Projeto “Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho”, para alavancar os objetivos estratégicos a) “Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços” e, b) “Agilizar o trâmite Processual”. Foram realizadas capacitações dos magistrados e servidores envolvidos com os processos de trabalho em estudo. No desenvolvimento dos trabalhos, foram identificados e mapeados os métodos e processos de trabalho atuais das áreas judiciária e administrativa (custeio), os quais foram analisadas e redesenhados, desburocratizados, com a simplificação de procedimentos e eliminação ou redução de rotinas de retrabalho e gargalos, na medida do possível.

Neste projeto foi então realizado o mapeamento, a análise e o redesenho de dois grandes processos de trabalho: 1º) Processo de aquisição e fornecimento de materiais e serviços, o qual envolve os procedimentos de compras, licitações e contratações. Participaram dessas atividades Diretores e Chefes da área administrativa. 2º) Processo Ação Trabalhista – 1º Grau, da distribuição à execução, o qual contou com a participação de todos os Diretores de Secretaria de Vara do Trabalho, capital e interior, todos os diretores da área judiciária do Tribunal, durante os dois primeiros dias, e todos os magistrados de 1º grau no terceiro dia.

Em síntese, foram realizados os seguintes trabalhos em cada processo analisado: mapeamento do fluxo atual do processo, levantamento das etapas do fluxo atual, levantamento dos seus problemas, discussão e consenso de propostas de melhoria para o fluxo mapeado e desenho do novo fluxo do processo de trabalho remodelado.

Como resultados desse projeto até a fase atual, foram elaborados:

1. Fluxograma do Processo de Contratação de Bens e Serviços;
2. Manual do Processo de Contratação de Bens e Serviços;
3. Fluxograma do Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução; e
4. Manual do Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução.

Esses documentos foram distribuídos às respectivas áreas, para utilização. Até dezembro de 2010, 17 Varas do Trabalho haviam adotado o novo fluxo do Processo de Reclamação Trabalhista, o que permitiu ao Tribunal, além de simplificar suas rotinas de trabalho, alavancar dois objetivos estratégicos e ainda atingir a Meta 5 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Ao longo do ano foram desenvolvidos os seguintes Projetos Estratégicos:

1. Formação inicial e continuada de magistrados e servidores;
2. Modernização das instalações físicas das unidades do TRT da 24ª Região;
3. Gestão de Patrimônio;
4. Gestão Ambiental;
5. Educação, Trabalho e Justiça;
6. Atualização da infraestrutura tecnológica;
7. Gestão Orçamentária Eficiente;
8. Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho; e
9. Implantação da Resolução CSJT nº 63/2010.

Síntese do Plano Estratégico, com informações do desenvolvimento dos Projetos Estratégicos e os resultados dos indicadores, consta do **Anexo IV - Síntese do Plano Estratégico do TRT 24ª Região – 2010/2014**.

No que tange aos resultados dos indicadores do Plano Estratégico, realizou-se a seguinte análise:

Os indicadores “Índice de agilidade na instrução dos processos de aquisição e contratação de serviços” e do “Índice de agilidade na aquisição dos processos de aquisição e contratação de serviços”, não atingiram suas metas, porém, pode-se constatar que o Tribunal já iniciou a execução do Projeto Mapeamento, Análise e Redesenho dos Processos de Trabalho, resultando no Fluxograma remodelado do Processo de Contratação de Bens e Serviços e no Manual do Processo de Contratação de Bens e Serviços, o que tende a aumentar a eficiência no desempenho desses processos. Esses trabalhos foram concluídos em dezembro de 2010, não surtindo seus efeitos naquele ano, para fins desses dois indicadores.

Além dos dois indicadores acima citados, outros que apresentaram resultados abaixo das suas metas foram: “Taxa de congestionamento na fase de execução (CNJ)” e “Taxa de congestionamento na fase de execução, com inclusão dos dados referentes aos processos em arquivo provisório e em execução fiscal e previdenciária”, os quais, porém, serão alavancados por projeto que se iniciará em 2012.

Em 2010, dois indicadores referentes ao Orçamento também não foram atingidos: “Índice de execução, dentro do próprio exercício, do orçamento de custeio e capital disponibilizado” e “Índice de execução do orçamento estratégico”. O Projeto Gestão Orçamentária Eficiente é composto das ações: “Implantação do Siafi Gerencial”, “ Execução do Orçamento de Custeio e de Capital Disponibilizados, dentro do próprio exercício” e “Execução Eficiente do Orçamento Disponibilizado ao TRT da 24ª Região”, sendo que a primeira foi concluída e as duas últimas caracterizam-se por ações contínuas de monitoramento da execução do orçamento. Como os indicadores ficaram aquém do esperado, na próxima Reunião de Análise da Estratégia será colocada em pauta a discussão de outras ações que possam melhorar os resultados dos indicadores para alcance das metas.

Convém observar que o Indicador “Índice de orçamento estratégico”, teve seu valor elevado devido ao fato de que do total disponibilizado para as iniciativas estratégicas (R\$15.593.595,74), R\$ 13.600.000,00 foram liberados para a construção da nova sede do Tribunal, o que elevou sobremodo o índice obtido.

Vários outros indicadores atingiram suas metas, embora seus projetos estejam programados para se iniciarem nos anos seguintes, quais sejam:

1. Taxa de congestionamento (processo de conhecimento) 1º e 2º graus – projeto para 2011;
2. Índice de agilidade no julgamento no 1º e 2º graus – projeto para 2011;
3. Acesso à Justiça por meio eletrônico – projeto para 2011;
4. Número de canais de comunicação institucional efetivos – projeto para 2011 e 2013;
5. Parcerias estratégicas – projeto para 2012;
6. Índice de inserções institucionais na mídia – projeto para 2013;
7. Procedimentos de execução analisados e/ou uniformizados – projeto para 2011; e
8. Renovação/atualização dos sistemas de TIC – projeto para 2011.

Este Tribunal realizará em 2011 outras Reuniões de Análise da Estratégia para acompanhamento/análise do desenvolvimento dos projetos e dos indicadores, bem como revisão das metas estabelecidas no Plano Estratégico.

3.2.2 – Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício de 2010

Em relação às mudanças ocorridas no Plano Estratégico, durante sua elaboração, o grupo de trabalho recebeu a orientação do consultor fornecido pelo Conselho Nacional de Justiça para estabelecer metas para todos os indicadores estratégicos a partir de 2010. Entretanto, no estudo da implementação do Plano, e diante das limitações de pessoal e orçamentária existente neste órgão, detectou-se a necessidade de estabelecimento de um cronograma para os projetos nos anos seguintes, o que foi elaborado e aprovado na 1ª Reunião de Análise da Estratégia.

4 – Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

4.1 - Execução física das ações realizadas pela UJ

QUADRO II - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0396	OP	4	Unidade	59	59	60
02	301	0571	2004	A	4	Unidade	1.900	1.849	2.043
02	365	0571	2010	A	4	Unidade	138	149	160
02	331	0571	2011	A	4	Unidade	6	2	2
02	306	0571	2012	A	4	Unidade	576	599	587
02	128	0571	4091	A	4	Unidade	390	610	407
02	061	0571	4224	A	4	Unidade	480	616	450
02	061	0571	4256	A	4	Unidade	37.200	32.196	35.900
02	061	0571	8134	A	4	Unidade	8	8	10
02	122	0571	11EN	P	4	% de execução física	31	23,84	-
02	122	0571	09HB	OP	4	-	-	-	-

Fonte: SIGPLAN

4.1.1 - Análise crítica da execução física das ações

Pela análise dos dados relativos à realização das metas físicas, percebe-se que, de modo geral, houve um nível de execução, muitas vezes, até bem superior ao que havia sido previsto na LOA, notadamente no que tange às ações representativas da concessão de benefícios aos magistrados e servidores, que apresentaram, em seu cômputo geral, uma execução da meta em torno de noventa e nove por cento.

Releva, também, destacar a realização da meta física da ação “Capacitação de Recursos Humanos”, que aponta para um alcance da quase totalidade dos magistrados e servidores capacitados no exercício em referência. Tal se deve à implementação do Programa de Capacitação dos Servidores do TRT da 24ª Região (Resolução Administrativa nº 4/2010), que prevê pelo menos uma oportunidade de capacitação por ano direcionada às necessidades evidenciadas, vindo a propiciar a participação de noventa e três por cento dos servidores nas atividades de capacitação promovidas pela Escola Judicial.

Por outro vértice, a ação orçamentária “Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande-MS” apresentou uma meta realizada abaixo da meta prevista, pelo fato de que, do mês de janeiro a julho de 2010, as despesas com a obra da nova sede do Tribunal foram cobertas com a dotação proveniente de Restos a Pagar de 2009, em face da liberação tardia de recursos naquele ano. Além disso, do valor de R\$ 8.600.000,00 liberado inicialmente, foi contingenciado o valor de R\$ 3.186.695,00, somente liberado em agosto de 2010, o que veio a acarretar evidentes transtornos ao regular andamento da obra.

Já em relação à ação mais significativa do Orçamento, qual seja, a “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”- **código 4256**, que tem como meta física o número de processos solucionados, houve uma realização da meta abaixo da prevista, por dois motivos: O número de processos solucionados em 2010 (33.886) foi 8,91% inferior ao número previsto (37.200) por dois motivos: primeiro, porque, na estimativa de processos solucionados para o ano de 2010, feita no início do ano de 2009, considerou-se um aumento do número de processos a serem recebidos no 1º e 2º graus para o período; e também pelo fato de a Justiça do Trabalho da 24ª Região manter elevados índices (superiores a noventa por cento) de processos julgados em relação ao número de processos recebidos. Em outras palavras, como a Justiça do Trabalho, historicamente, consegue julgar um elevado percentual de processos em relação ao número de processos recebidos durante o ano, esperava-se que, com o aumento do número de processos recebidos, houvesse correspondente aumento no número de processos solucionados. Segundo, porque o número de processos recebidos, em ambos os graus de jurisdição, durante o ano de 2010, foi consideravelmente menor que o número de processos recebidos no ano de 2009. No ano de 2010, foram recebidos 1.363 processos a menos que no ano anterior, sendo 1.161 processos no 1º grau e 201 no 2º grau. Deve-se destacar, ainda, que o número de processos solucionados em 2010, na verdade, não foi menor, pois a Justiça do Trabalho da 24ª Região conseguiu julgar o equivalente a 103,5% do total de processos recebidos, ou seja, julgou o equivalente ao número de processos recebidos (32.747) mais 1.139 processos do saldo residual do ano de 2009. Em resumo, apesar de a Justiça do Trabalho ter conseguido julgar mais processos do que o total de processos recebidos no ano de 2010, esse total ficou muito aquém do estimado e, pior, abaixo do número de processos recebidos no ano anterior.

5 - Desempenho orçamentário/financeiro

5.1 - Programação orçamentária das despesas

QUADRO III - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	15125	080026

5.1.1 - Programação de despesas correntes

QUADRO IV - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	114.474.616,00	115.841.778,00			13.910.335,00	16.164.052,00	
	PLOA	114.909.473,00	115.841.778,00			13.910.335,00	16.164.052,00	
	LOA	114.909.473,00	115.841.778,00			13.810.135,00	16.164.052,00	
CRÉDITOS	Suplementares	4.285.636,00	10.135.178,00			1.420.343,00	3.045.810,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						678.927,00	1.273.456,00
Outras Operações								
Total		119.195.109,00	125.976.956,00			14.551.551,00	17.936.406,00	

Fonte: SIAFI, SIAFI Gerencial

5.1.2 - Programação de despesas de capital

QUADRO V – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	12.533.074,00	7.871.672,00				
	PLOA	12.533.074,00	7.871.672,00				
	LOA	12.533.074,00	9.371.672,00				
CREDITOS	Suplementares	1.310.213,00	6.028.770,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
Total		13.843.287,00	15.400.442,00				

Fonte: SIAFI, SIAFI Gerencial

5.1.3 - Quadro resumo da programação de despesas

QUADRO VI - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	128.384.951,00	132.005.830,00	12.533.074,00	7.871.672,00			
	PLOA	128.819.808,00	132.005.830,00	12.533.074,00	7.871.672,00			
	LOA	128.719.608,00	132.005.830,00	12.533.074,00	9.371.672,00			
CRÉDITOS	Suplementares	5.705.979,00	13.180.988,00	1.310.213,00	6.028.770,00			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	678.927,00	1.273.456,00					
Outras Operações								
Total		133.746.660,00	143.913.362,00	13.843.287,00	15.400.442,00			

Fonte: SIAFI, SIAFI Gerencial

5.1.4 - Análise crítica da programação orçamentária

No exercício sob análise, verifica-se que, relativamente às dotações propostas pela UO, PLOA e LOA, somente as despesas de capital sofreram alteração positiva, da LOA em relação ao previsto no PLOA, no valor de R\$ 1.500.000,00, em face da inclusão de emendas parlamentares que aumentaram a dotação da ação “Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho em Campo Grande-MS”. À parte esse dado, é preciso dizer que os limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário sempre ficam aquém das reais necessidades da UO, obrigando o gestor a definir as prioridades da unidade já no momento da elaboração da Proposta Orçamentária.

Ainda em relação à ação “Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho em Campo Grande-MS” há que se fazer dois registros: um deles diz respeito à liberação de crédito suplementar no valor de R\$ 5.000.000,00, destinado à cobertura da despesa com o contrato firmado entre o Tribunal e a construtora responsável pela edificação da nova sede; o outro já adentra no campo das solicitações de crédito não atendidas, posto que, após tramitar regularmente nas unidades competentes do Congresso Nacional, o PLN n. 84/2010, que destinaria o valor de R\$ 7.787.817,00 à ação orçamentária em tela, não foi apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.

Tal valor, é fundamental dizer, viabilizaria, praticamente, a conclusão da edificação da nova sede deste Tribunal no exercício de 2010, ou, no mais tardar, no início de 2011.

5.1.5 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

QUADRO VII - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	080001	02.126.0571.2C73			89.016,00
		080001	02.126.0571.5093			69.300,00
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	071103	28.846.0901.0005.	695.984,00		79.345,00
		071103	28.846.0901.0625	160.000,00		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	080001	02.122.0571.1P66	38.157,90		
		080001	02.126.0571.5093	1.270.285,00		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI, SIAFI Gerencial

5.1.6 - Análise crítica da movimentação orçamentária

No exercício em tela, a UO recebeu, a título de provisão (movimentação orçamentária interna), o valor de R\$ 1.466.758,00, proveniente do Tribunal Superior do Trabalho-UO 080001, assim distribuído:

- 1) Projeto de “Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho”-**código 1P66**: R\$ 38.157,90;
- 2) Projeto de “Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)”-**código 5093**: R\$ 1.339.585,00; e
- 3) Projeto de “Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)”-**código 2C73**: R\$ 89.016,00.

Dentre os valores citados, destaca-se o recebimento de provisão no valor de R\$ 1.012.660,00, para a aquisição de solução de armazenamento de dados do tipo NAS (Network Attached Storage), incluindo as despesas com instalação e transferência de tecnologia, no âmbito do projeto “Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)”. O recebimento desses créditos por meio de descentralização interna (provisão) proveniente do Tribunal Superior do Trabalho, numa realidade de escassez orçamentária da UO, concorre, sem dúvida, para o atendimento das necessidades da UO com tecnologia da informação e com as instalações prediais, dentro do escopo dos projetos em questão.

Para a satisfação das obrigações com o pagamento de precatórios e sentenças de pequeno valor-SPV, foi destinado a esta UO o valor de R\$ 935.329,00, por meio de destaque (movimentação orçamentária externa), a título de “Encargos Financeiros da União”.

5.2 - Execução orçamentária da despesa

5.2.1 - Execução orçamentária de créditos originários da UJ

5.2.1.1 - Despesas por modalidade de contratação

QUADRO VIII - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	7.887.550,31	7.736.955,05	7.855.177,90	7.721.033,91
Convite	32.204,79		32.204,79	
Tomada de Preços	19.401,90		19.401,90	
Concorrência	3.490.630,22	3.204.779,80	3.490.630,22	3.204.779,80
Pregão	4.345.313,40	4.532.175,25	4.312.940,99	4.516.254,11
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	2.199.983,69	2.102.482,91	2.199.677,78	2.101.374,28
Dispensa	596.257,66	558.191,49	596.257,66	557.287,29
Inexigibilidade	1.603.726,03	1.544.291,42	1.603.420,12	1.544.086,99
Regime de Execução Especial	12.536,31	9.936,46	12.536,31	9.936,46
Suprimento de Fundos	12.536,31	9.936,46	12.536,31	9.936,46
Pagamento de Pessoal	118.704.092,86	126.252.027,73	118.331.668,5	125.754.893,78
Pagamento em Folha	118.219.373,02	125.616.811,06	117.846.948,66	125.119.677,11
Diárias	484.719,84	635.216,67	484.719,84	635.216,67
Outros	7.168.656,65	6.978.277,34	7.168.104,86	6.978.126,52

Fonte: SIAFI, SIAFI Gerencial

5.2.1.2 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa

QUADRO IX - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	118.735.298,85	125.616.811,06	118.719.710,01	125.616.514,61	15.588,84	296,35	118.347.285,65	125.119.380,66
01	6.728.291,55	7.067.703,96	6.728.291,55	7.067.703,96	-		6.728.291,55	7.067.703,96
03	666.545,00	773.270,95	666.545,00	773.270,95	-		666.545,00	773.270,95
08	14.443,64	24.057,31	13.978,64	23.760,86	465,00	296,35	13.978,64	23.760,86
11	91.161.060,53	93.663.194,11	91.161.060,53	93.663.194,11	-		90.788.636,17	93.166.060,16
13	16.696.631,17	17.250.546,77	16.695.908,65	17.250.546,77	722,52		16.695.908,65	17.250.546,77
16	842.966,09	814.051,14	842.966,09	814.051,14	-		842.966,09	814.051,14
91	500.336,99	88.673,78	500.336,99	88.673,78	-		500.336,99	88.673,78
92	2.125.023,88	5.935.313,04	2.110.622,56	5.935.313,04	14.401,32		2.110.622,56	5.935.313,04
3 – Outras Despesas Correntes	14.360.727,15	17.563.073,36	13.176.577,11	14.584.775,12	1.184.150,04	2.978.298,24	13.150.285,55	14.572.162,77
08	463.216,21	468.769,42	463.035,57	468.769,42	180,64		463.035,57	468.769,42
14	484.162,80	635.216,67	484.162,80	635.216,67	-		484.162,80	635.216,67
30	728.158,39	783.736,43	586.496,48	783.736,43	141.661,91	136.848,84	561.830,33	783.736,43
31	9.981,65	3.768,00	9.981,65	3.768,00	-	2.200,00	9.981,65	3.768,00
32	7.500,00	22.094,00	7.500,00	22.094,00	-	8.450,00	7.500,00	22.094,00
33	206.672,68	205.120,08	198.946,74	205.120,08	7.725,94	2.503,04	198.946,74	205.120,08
36	1.140.958,88	1.405.409,43	1.096.230,21	1.405.409,43	44.728,67	90.037,04	1.096.085,21	1.405.409,43
37	953.038,63	1.023.554,72	873.272,61	1.023.554,72	79.766,02	96.084,09	872.622,39	1.023.554,72
39	4.921.582,01	7.441.530,88	4.062.334,39	7.441.530,88	859.247,62	2.573.845,87	4.061.910,99	7.441.530,88
46	4.046.702,67	4.147.129,45	4.046.434,47	4.147.129,45	268,20		4.046.027,68	4.147.129,45
47	276.032,55	335.443,84	254.558,16	335.443,84	21.474,39	28.061,31	254.558,16	335.443,84

49	126.803,12	128.313,01	126.683,12	128.313,01	120,00	8.400,00	126.683,12	128.313,01
92	117.803,56	93.626,51	117.803,56	93.626,51	-	31.868,05	117.803,56	93.626,51
93	878.114,00	869.360,92	849.137,35	869.360,92	28.976,65		849.137,35	869.360,92

Fonte: SIAFI, SIAFI Gerencial

5.2.1.3 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa

QUADRO X - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	13.828.512,48	15.397.615,79	4.076.532,70	3.844.249,76	9.751.979,78	11.553.366,03	4.075.002,92	3.839.681,52
39		3.239,45		3.239,45				3.239,45
51	12.736.298,29	13.635.188,98	3.551.595,51	13.635.188,98	9.184.702,78	10.396.895,86	3.551.595,51	13.635.188,98
52	1.092.214,19	1.759.187,36	524.937,19	1.759.187,36	567.277,00	1.156.470,17	523.407,41	1.759.187,36

Fonte: SIAFI, SIAFI Gerencial

5.2.1.4 - Análise crítica da execução orçamentária de créditos originários da UJ

Após a análise dos quadros de Execução Orçamentária de Créditos Originários desta UJ, verifica-se que a diferença mais significativa, considerada a despesa liquidada no exercício de 2010 em relação ao exercício de 2009, foi a apresentada no grupo das Despesas de Pessoal, num incremento de R\$ 6.896.804,60, ocasionada pelo impacto resultante do pagamento de passivos da Justiça Trabalhista, tais como a Parcela Autônoma de Equivalência - PAE devida aos magistrados, a URV devida aos ex-Juizes Classistas, e alguns passivos administrativos afetos a servidores, num dispêndio total, em 2010, no valor de R\$ 5.713.560,90. Houve, ainda, o ingresso de trinta e um novos servidores no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal, cuja entrada em exercício ocorreu nos meses de junho e julho de 2010, com o conseqüente impacto orçamentário que isso veio a representar.

Registre-se, também, o contingenciamento ocorrido na ação orçamentária “Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande-MS”, no valor de R\$ 3.186.695,00, que trouxe reflexos negativos à regular execução da obra, posto que forçou a revisão do seu cronograma físico-financeiro pelo corte da dotação, ainda que não definitiva, já que em agosto de 2010 ocorreu a sua liberação para empenho.

Já o elevado montante inscrito em Restos a Pagar não Processados nas Despesas de Capital se deve ao fato de que, durante a metade do ano de 2010, foram executados os Restos a Pagar inscritos de 2009 na ação “Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região em Campo Grande-MS”, e, somado a isso, houve, ainda, a liberação de crédito suplementar no mês de dezembro de 2010, no valor de R\$ 5.000.000,00.

5.2.1.5 - Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

5.2.1.6 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XI - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	165.733,05	350.442,50	161.428,25	350.442,50
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	165.733,05	350.442,50	161.428,25	350.442,50
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	40.304,33	81.595,87	40.304,33	81.595,87
Dispensa				
Inexigibilidade	40.304,33	81.595,87	40,304,33	81.595,87
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras		929.037,22	929.037,22	929.037,22

Fonte:

5.2.1.7 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal		849.692,89		849.692,89				849.692,89
91		849.692,89		849.692,89				849.692,89
3- Outras Despesas Correntes	129.058,09	237.660,33	121.287,18	183.440,20	7.770,71	54.220,13	121.287,38	183.440,20
30	16.458,75		16.458,75				16.458,75	
35		22.500,00		22.500,00				22.500,00
39	112.599,34	135.816,00	104.828,63	135.816,00	7.770,71	54.220,13	104.828,63	81.595,87
91		79.344,33		79.344,33				79.344,33

Fonte: SIAFI

5.2.1.8 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO XIII - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	84.750,00	1.308.442,90	84.750,00	327.942,50		980.500,40	80.445,20	327.942,50
449052	84.750,00	1.308.442,90	84.750,00	327.942,50		980.500,40	80.445,20	327.942,50

Fonte: SIAFI

5.2.1.9 - Análise crítica da execução orçamentária da UJ por créditos recebidos por movimentação

Os valores recebidos pela UJ por movimentação no exercício de 2010, se comparados com aqueles recebidos em 2009, apresentam um expressivo aumento, notadamente no grupo das despesas de capital. Dentre as aquisições feitas com a dotação voltada às despesas de capital pode-se destacar a da solução de armazenamento de dados do tipo NAS (Network Attached Storage), no valor de R\$ 965.860,00, bem como a de cento e vinte e três estações de trabalho, no valor de R\$ 304.425,00, ambas no âmbito do projeto “Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)”.

Para a quitação dos precatórios e sentenças de pequeno valor-SPV, de responsabilidade da União, foram, ainda, despendidos R\$ 929.037,22.

Não se pode, porém, olvidar que o contingenciamento ocorrido no exercício em foco afetou sensivelmente as dotações relativas aos projetos, impossibilitando, é certo, que um maior número de ações fosse realizado, tendo em vista que os valores, uma vez bloqueados, não foram liberados até o final do exercício de 2010.

5.3 - Indicadores institucionais

Conforme alhures mencionado, a aprovação do Planejamento Estratégico ocorreu no final do exercício de 2009, com o seu marco inicial de aplicação em janeiro de 2010. Isso propiciou à UJ uma melhor aferição dos produtos, serviços e resultados alcançados ao final do exercício de 2010, consoante as informações prestadas no **Anexo IV – Síntese do Plano Estratégico do TRT da 24ª Região – 2010/2014**. Tal análise diz respeito diretamente aos índices alcançados na questão da efetividade na execução, no grau de satisfação dos usuários com a qualidade dos serviços prestados, no desenvolvimento de programas voltados à responsabilidade social e a atualização da infraestrutura tecnológica. As avaliações obtidas a partir dessa análise e as reflexões que daí podem advir, é que permitirão ao Tribunal o delineamento dos possíveis caminhos a ser percorridos, calcada no princípios da boa governança corporativa.

6 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO XIV - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
22242.00.00		Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
080026	0,00		15.342.975,64	15.342.975,64
Razões e Justificativas: Passivos referentes a despesas de pessoal, tais como: Parcela Autônoma de Equivalência - PAE, URV devida aos ex-Juizes Classistas, Parcelas de quintos devidas a servidores, Opção por ocupação de função comissionada. Esses valores passam, a partir do exercício de 2010, a ser registrados na conta contábil 22242.00.00 – Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores. Tendo em vista a existência de um elevado número de credores (magistrados e servidores) não foi fornecida essa informação no campo correspondente.					

Fonte: SIAFI

6.1 - Análise crítica do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Embora não tenha havido, em 2010, lançamentos nas contas contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI, decidiu-se pela inserção dos dados relativos aos registros dos passivos de pessoal, registrados na conta contábil 22242.00.00 – Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores, conferindo, assim, maior transparência a essa informação, até pelo significativo montante envolvido. Cumpre ressaltar que alguns desses passivos, tais como a Parcela Autônoma de Equivalência-PAE e a URV devida aos ex-Juizes Classistas, já foram reconhecidas, com inclusão de valores em ação orçamentária específica no Orçamento do Tribunal Superior do Trabalho (depois repassados aos Tribunais Regionais), e têm previsão de quitação total até o exercício de 2013.

7 - Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO XV - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	405.434,67	-	405.434,67	-

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	10.959.489,37	131.569,89	10.776.485,82	51.433,66
2008	12.199.417,11	130.545,40	12.068.871,71	-
Observações: Não houve o pagamento, em 2010, de RP Processados e Não Processados inscritos até 2007				

Fonte: SIAFI

7.1 - Análise crítica dos pagamentos e cancelamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores

Logo no início de cada exercício, esta UJ envida esforços no sentido de efetuar o pagamento das despesas inscritas em “Restos a Pagar” o mais breve possível, o que vem sendo normalmente cumprido. Como se denota pelo quadro acima, a única exceção é o valor de R\$ 51.433,66, referente aos contratos firmados com a empresa Brasil Telecom S/A (R\$ 24.303,66), em face de dificuldades nas definições de valores de algumas faturas, e com a Globo Engenharia Ltda. (R\$ 27.130,00), pelo não adimplemento de parcela do contrato. No que tange ao montante inscrito como Restos a Pagar de 2008, no exercício em tela foi, especificamente, pago o valor de R\$ 5.408,77 e cancelado o valor de R\$ 12.557,39.

Registre-se que o valor mais significativo é aquele referente à dotação da ação “Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho em Campo Grande-MS”, uma vez que foi inscrito, em Restos a Pagar de 2009, o valor de R\$ 9.089.747,78, referente à nota de empenho 2009NE000018, pelas razões já alhures explicitadas neste Relatório de Gestão.

Cumprido, ainda, dizer que os pagamento de despesas inscritas em restos a pagar não impactaram a gestão financeira do exercício de 2010, uma vez que houve a liberação de recursos especificamente para essa finalidade.

8 - Informações sobre os recursos humanos da UJ

8.1 - Composição do quadro de servidores ativos

QUADRO XVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	744	693	51	21
1.1 Membros de poder e agentes políticos	64	61	1	2

1.2	Servidores de Carreira	636	588	48	19
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	506	458	37	11
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	6	6	1	1
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	124	124	10	7
1.3	Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	44	44	2	0
1.4.1	Cedidos	5	5	0	0
1.4.2	Removidos	38	38	2	0
1.4.3	Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4	Licença não remunerada	1	1	0	0
2	Provimento de cargo em comissão	475	469	19	12
2.1	Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	51	51	1	1
12.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	38	38	1	0
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	10	10	0	1
2.2.4	Sem vínculo	3	3	0	0
2.2.5	Aposentado	0	0	0	0
2.3	Funções gratificadas	424	418	18	11
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão.	318	312	13	5
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	106	106	5	6
3	Total	1219	1162	70	33
Fonte: Sistema SRH – TRT 24ª Região					

**QUADRO XVII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA -
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	72	255	249	112	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	02	24	21	14	0
1.2. Servidores de Carreira	65	216	210	92	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	5	15	18	6	0
2. Provedimento de cargo em comissão	49	179	167	70	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	15	26	10	0
2.3. Funções gratificadas	49	164	141	60	4
Fonte: Sistema SRH – TRT 24ª Região					

**QUADRO XVIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE
ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	2	1	131	273	275	10	1	
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	44	16	4	0	
1.2. Servidores de Carreira	0	0	2	1	119	214	244	7	1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	12	15	17	0	0	
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	2	1	98	156	205	7	0	
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	19	30	2	0	
2.3. Funções gratificadas	0	0	2	1	98	137	175	5	0	
LEGENDA										
<u>Nível de Escolaridade</u>										
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.										
Fonte: Sistema SRH – TRT 24ª Região										

Perfil de Escolaridade	N° Servidores	%	N° De Ocupante de Função de Confiança	%
Primeiro Grau Incompleto	02	0,29	02	0,43
Primeiro Grau Completo	01	0,14	01	0,21
Segundo Grau Completo	131	18,9	98	20,9
Superior Completo	273	39,41	156	33,26
Pós-graduação "Lato Sensu"	275	39,68	205	43,71
Pós-graduação "Mestrado"	10	1,44	07	1,49
Doutorado	01	0,14	00	0,0
TOTAL	693	100	469	100

Perfil de Escolaridade	Magistrados	Percentual relativo à quantidade de magistrados (61)
Especialização	16	26,23
Mestrado	4	6,56
Doutorado	0	0

Oportuno registrar que a graduação em Direito é pré-requisito para a investidura no cargo de magistrado.

Quanto aos servidores, verifica-se que a formação acadêmica predominante é também a de Direito e, embora não seja pré-requisito para a maioria dos cargos do Tribunal, essa formação favorece sobremaneira a atividade-fim do órgão.

Conforme se verifica na tabela acima, há um número expressivo de servidores e magistrados com curso de pós-graduação. Isso se deve, notadamente, pelo incentivo proporcionado pelo Tribunal, como, por exemplo, a oferta de bolsas de estudos e convênios com instituições de ensino para a concessão de descontos nas mensalidades.

Tudo isso representa um quadro mais qualificado dos recursos humanos, o que contribui sobremaneira na produtividade e na qualidade dos serviços prestados.

8.2 - Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO XIX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	27	3
1.1 Voluntária	17	2
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	10	1
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	19	0
2.1 Voluntária	14	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	5	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: Sistema SRH – TRT 24ª Região

QUADRO XX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	11	1
2. Proporcional	1	0

Fonte: Sistema SRH/TRT 24ª Região

8.3 - Composição do quadro de estagiários

QUADRO XXI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	303	295	298	284	702.857,17
• Área Fim	252	245	248	235	583.728,84
• Área Meio	51	50	50	49	119.128,33
Nível Médio	0	0	0	0	0
• Área Fim	0	0	0	0	0
• Área Meio	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema SRH – TRT 24ª Região

8.4 - Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO XXII - CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	15.049.130,00	0	1.256.141,28	912.191,83	311.156,71	387.108,11	1.036.706,89	18.952.434,82
2009	16.303.260,00	0	1.402.909,14	959.714,08	276.158,16	462.055,69	937.816,78	20.341.913,85
2010	16.777.510,05	0	1.436.114,34	914.873,82	353.228,73	596.860,18	3.892.440,61	23.971.027,73
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	6.167.556,69	0	598.674,49	196.364,19	716.987,99	188.525,01	0	7.868.108,37
2009	8.236.337,81	0	694.899,02	319.248	686.239,14	218.412,99	0	10.155.136,96
2010	8.779.477,28	0	741.845,02	313.341,80	660.835,20	298.530,13	0	10.794.029,43
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0

2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	3.008.092,65	0	304.204,65	79.489,26	0	114.461,61	0	3.506.248,17
2009	3.742.151,70	0	325.023,53	110.412,96	0	115.360,15	0	4.292.948,34
2010	4.486.568,62	0	397.877,61	130.520,02	0	188.460,84	0	5.203.427,09
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	4.874.505,52	3.701.186,95	804.944,54	336.690,17	263.152,69	224.839,04	0	10.205.318,91
2009	5.395.257,25	4.426.293,34	819.652,50	340.114,78	157.250,46	238.881,39	0	11.377.449,72
2010	5.443.363,69	4.423.816,23	837.032,26	344.124,75	187.523,63	304.465,29	0	11.540.325,85
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	31.965.065,05	8.443.065,73	3.712.956,94	1.159.877,34	172.955,83	1.468.111,28	3.752.145,83	50.674.178,00
2009	33.821.611,54	9.275.498,88	3.697.576,06	1.692.761,30	161.018,66	1.250.400,62	354.611,33	50.253.478,39

2010	33.841.187,04	9.267.711,68	3.677.135,76	1.674.325,61	218.045,53	1.769.791,34	793.420,59	51.241.617,55
------	---------------	--------------	--------------	--------------	------------	--------------	------------	---------------

Fonte: Sistema SRH – TRT 24ª Região

8.5 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

QUADRO XXIII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região													
UG/Gestão: 080026/00001						CNPJ: 37.115.409/0001-63							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	V	O	49/2006	02.576.238/0002-76	23.12.2006	22.12.2007							E
					23.12.2007	22.12.2008		4					
					23.12.2008	22.12.2009							
					23.12.2009	22.12.2010							
2008	L	O	45/2008	02.818.890/0001-79	7.1.2009	6.1.2010							P
					7.1.2010	6.1.2011							
					7.1.2011	6.1.2012							
2009	V	O	7/2009	02.576.238/0002-76	19.5.2009	18.2.2010							P
					19.5.2010	18.5.2011		4					

Observação 1: os serviços contratados não fazem parte das atribuições dos servidores pertencentes ao quadro de pessoal do TRT da 24ª Região.

Observação 2: na ocasião da licitação para serviços de limpeza e higienização não foi exigido grau de escolaridade para os empregados da empresa contratada.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Processos TRT 24ª Região nº 2.849/2006, 1.275/2008 e 326/2009

QUADRO XXIV - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região													
UG/Gestão: 080026/00001						CNPJ: 37.115.409/0001-63							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	3	O	45/2008	02.818.890/0001-79	7.1.2009	6.1.2010							P
					7.1.2010	6.1.2011							
					7.1.2011	6.1.2012							
<p>Observação 1: supressão das atribuições relacionadas às atividades de copeiragem (Área 3) para o cargo Auxiliar Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Apoio de Serviços Diversos por meio da Resolução Administrativa nº 9/2008.</p> <p>Observação 2: na ocasião da licitação para serviços de copeiragem não foi exigido grau de escolaridade para os empregados da empresa contratada.</p>													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Processo TRT 24ª Região nº 1.275/2008

QUADRO XXV - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
49/2006	8	4	Prédio-sede do TRT 24ª Região
45/2008	7	13	Prédio-sede do TRT 24ª Região
45/2008	7	1	Almoxarifado do TRT 24ª Região

45/2008	7	1	Arquivo-Geral do TRT 24ª Região
45/2008	7	6	Fórum Trabalhista de Campo Grande
45/2008	3	5	Prédio-sede do TRT 24ª Região
45/2008	3	2	Fórum Trabalhista de Campo Grande
45/2008	7	3	Fórum Trabalhista de Dourados
45/2008	7	2	Fórum Trabalhista de Três Lagoas
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Amambai
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Aquidauana
45/2008	7	1	Vara Do Trabalho de Bataguassu
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Cassilândia
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Corumbá
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Coxim
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Fátima do Sul
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Jardim
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Mundo Novo
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Naviraí
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Nova Andradina
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Paranaíba
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Ponta Porã
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de Rio Brilhante
45/2008	7	1	Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste
7/2009	8	4	Fórum Trabalhista de Campo Grande

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte: Processos TRT 24ª Região nº 2.849/2006, 1.275/2008 e 326/2009

8.6 - Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

O Egrégio Tribunal Pleno deste Tribunal aprovou, em dezembro de 2009, o Planejamento Estratégico do Órgão para o quinquênio 2010-2014. No Planejamento foram criados alguns indicadores de gestão de recursos humanos, os quais constam do **Anexo IV - Síntese do Plano Estratégico do TRT da 24ª Região – 2010/2014**. Nesse quadro constam os indicadores relacionados à educação continuada e satisfação e motivação: “índice de qualidade de vida” - “índice de satisfação pessoal” - “índice de atendimento do programa regional de capacitação permanente do servidor”- “índice de atendimento do programa regional de capacitação inicial e continuada de magistrados”.

Os indicadores a seguir – embora ainda não desenvolvidos para a área de pessoal – serão objeto de estudo neste ano de 2011, para que sejam implementados e desenvolvidos.

Absenteísmo

Nos últimos dois anos, apenas dois servidores faltaram ao trabalho injustificadamente. Um faltou 249 dias em 2009 e 57 em 2010; outro, um dia em 2010. Como se vê, o índice de absenteísmo na UJ é baixo, considerando sua força de trabalho de 591 servidores, além dos 61 magistrados.

Licença por Acidente de Trabalho / Doenças Ocupacionais

Verificamos que dois servidores afastaram-se do serviço por motivo de acidente no trabalho. Um deles, durante 2 dias; outro, por 45 dias. No que se refere aos magistrados, constatamos que não houve a ocorrência de acidentes em serviço.

Como se observa, o número de servidores acidentados em serviço é inexpressivo, se considerarmos o número de 652, entre magistrados e servidores do Tribunal.

A prevenção de acidentes de trabalho no Tribunal pode ser percebida com os cuidados dispensados pela Administração na manutenção predial, manutenção de elevadores e na aquisição de mobiliário ergonomicamente adequados.

Rotatividade de pessoal [turnover]

Do total de servidores do tribunal, apenas 7 saíram, em 2010, para ingresso em outra carreira.

Disciplina

Nos últimos 3 anos foram instaurados 6 Processos Administrativos Disciplinares: 40 em 2008, 1 em 2009 e 1 em 2010.

Desempenho Funcional

Com relação ao desempenho funcional do pessoal de seu quadro, a UJ realiza avaliações periódicas de forma a orientar os servidores acerca dos atributos a serem melhorados e verificar a necessidade de maior qualificação. Constata-se que, em geral, o desempenho é satisfatório e que, nos últimos 3 anos, apenas 2s servidores foram reprovados em estágio probatório; 1 no ano de 2009 e outro em 2010.

Níveis Salariais

A tabela de remuneração dos magistrados, de acordo com a Lei nº 11.143/2005, com reajuste previsto na Lei nº 12.041/2009, é a seguinte:

REMUNERAÇÃO DOS MAGISTRADOS EM 31/12/2010		
DENOMINAÇÃO DO CARGO	(*) Subsídio	(*) Substituição
Juízes do Trabalho Substitutos	R\$ 21.766,15	R\$ 1.145,59
Juízes Titulares de Vara do Trabalho	R\$ 22.911,74	-
Desembargador Federal do Trabalho	R\$ 24.117,62	-

(*) Valor vigente a contar de fevereiro de 2010.

A tabela salarial dos servidores do Tribunal é a constante do anexo II da Lei nº 11.416/2006, tendo sido implementada progressivamente conforme o anexo IX abaixo, composta de 15 padrões, 3 classes [A, B e C] e 3 carreiras [Auxiliar Judiciário, Técnico Judiciário e Analista Judiciário].

ANEXO IX

(Art. 30 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	Vigência do Vencimento Básico Inciso VI A contar de 1º Dez 08
Analista Judiciário	C	15	6.957,41
		14	6.754,77
		13	6.558,03
		12	6.367,02
		11	6.181,57
	B	10	5.848,22
		9	5.677,88
		8	5.512,51
		7	5.351,95
		6	5.196,07
	A	5	4.915,86
		4	4.772,68
		3	4.633,67
		2	4.498,71
		1	4.367,68
Técnico Judiciário	C	15	4.240,47
		14	4.116,96
		13	3.997,05
		12	3.880,63
		11	3.767,60
	B	10	3.564,43
		9	3.460,61
		8	3.359,82
		7	3.261,96

	A	6	3.166,95
		5	2.996,17
		4	2.908,90
		3	2.824,17
		2	2.741,92
		1	2.662,06
Auxiliar Judiciário	C	15	2.511,37
		14	2.403,23
		13	2.299,74
		12	2.200,71
		11	2.105,94
	B	10	1.992,37
		9	1.906,58
		8	1.824,48
		7	1.745,91
		6	1.670,73
	A	5	1.580,63
		4	1.512,57
		3	1.447,43
		2	1.385,10
		1	1.325,46

Conforme tabela abaixo, publicada no sítio do Tribunal na *internet*, apresentamos a estrutura remuneratória, na data de 31 de dezembro de 2010, fazendo nela constar os valores relativos à Gratificação de Atividade Judiciária, ao Adicional de Qualificação – para o servidor que concluir pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado – bem como a Gratificação de Atividade Externa – devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, Especialidade Execução de Mandados – e a Gratificação de Atividade de Segurança – paga exclusivamente para os Agentes de Segurança, ocupantes do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, que desenvolvam atribuições específicas de segurança.

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA								
Cargos Efetivos								
Carreira Classe / Padrão		Vencimento	GAJ	AQ			GAE	GAS
		Básico	50%	7,50%	10%	12,50%	35%	35%
ANALISTA	C	15	6.957,41	3.478,71	521,81	695,74	869,68	2.435,09
		14	6.754,77	3.377,39	506,61	675,48	844,35	2.364,17
		13	6.558,03	3.279,02	491,85	655,80	819,75	2.295,31
		12	6.367,02	3.183,51	477,53	636,70	795,88	2.228,46
		11	6.181,57	3.090,79	463,62	618,16	772,70	2.163,55
	B	10	5.848,22	2.924,11	438,62	584,82	731,03	2.046,88
		9	5.677,88	2.838,94	425,84	567,79	709,74	1.987,26
		8	5.512,51	2.756,26	413,44	551,25	689,06	1.929,38
		7	5.351,95	2.675,98	401,40	535,20	668,99	1.873,18
	A	6	5.196,07	2.598,04	389,71	519,61	649,51	1.818,62
		5	4.915,86	2.457,93	368,69	491,59	614,48	1.720,55
		4	4.772,68	2.386,34	357,95	477,27	596,59	1.670,44
		3	4.633,67	2.316,84	347,53	463,37	579,21	1.621,78
			2	4.498,71	2.249,36	337,40	449,87	562,34

		1	4.367,68	2.183,84	327,58	436,77	545,96	1.528,69	
TÉCNICO	C	15	4.240,47	2.120,24	318,04	424,05	530,06		1.484,16
		14	4.116,96	2.058,48	308,77	411,70	514,62		1.440,94
		13	3.997,05	1.998,53	299,78	399,71	499,63		1.398,97
		12	3.880,63	1.940,32	291,05	388,06	485,08		1.358,22
		11	3.767,60	1.883,80	282,57	376,76	470,95		1.318,66
	B	10	3.564,43	1.782,22	267,33	356,44	445,55		1.247,55
		9	3.460,61	1.730,31	259,55	346,06	432,58		1.211,21
		8	3.359,82	1.679,91	251,99	335,98	419,98		1.175,94
		7	3.261,96	1.630,98	244,65	326,20	407,75		1.141,69
		6	3.166,95	1.583,48	237,52	316,70	395,87		1.108,43
	A	5	2.996,17	1.498,09	224,71	299,62	374,52		1.048,66
		4	2.908,90	1.454,45	218,17	290,89	363,61		1.018,12
		3	2.824,17	1.412,09	211,81	282,42	353,02		988,46
2		2.741,92	1.370,96	205,64	274,19	342,74		959,67	
1		2.662,06	1.331,03	199,65	266,21	332,76		931,72	
AUXILIAR	C	15	2.511,37	1.255,69	188,35	251,14	313,92		
		14	2.403,23	1.201,62	180,24	240,32	300,40		
		13	2.299,74	1.149,87	172,48	229,97	287,47		
		12	2.200,71	1.100,36	165,05	220,07	275,09		
		11	2.105,94	1.052,97	157,95	210,59	263,24		
	B	10	1.992,37	996,19	149,43	199,24	249,05		
		9	1.906,58	953,29	142,99	190,66	238,32		
		8	1.824,48	912,24	136,84	182,45	228,06		
		7	1.745,91	872,96	130,94	174,59	218,24		
		6	1.670,73	835,37	125,30	167,07	208,84		
	A	5	1.580,63	790,32	118,55	158,06	197,58		
		4	1.512,57	756,29	113,44	151,26	189,07		
		3	1.447,43	723,72	108,56	144,74	180,93		
2		1.385,10	692,55	103,88	138,51	173,14			
1		1.325,46	662,73	99,41	132,55	165,68			

8.7 - Análise crítica dos recursos humanos da UJ

Verificou-se, nos últimos anos, a ampliação das competências da Justiça Trabalhista no Brasil e, conseqüentemente, da demanda jurisdicional para os Tribunais Regionais do Trabalho.

Nesse contexto, para atender a essa demanda, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, mediante autorização legal, procedeu à instalação de mais Varas Trabalhistas onde se mostrou tecnicamente necessário.

Embora tenham sido criados cargos para prover o Tribunal das condições necessárias ao funcionamento, constatou-se, nos últimos anos, que o quadro de pessoal ainda tem-se mostrado reduzido, razão pela qual, no ano de 2009, foi elaborado o Projeto de Lei nº 5.550/2009 para criação de 72 cargos efetivos (47 analistas judiciários e 25 técnicos judiciários).

Com a edição da Lei nº 12.250/2010, esses cargos foram criados. No entanto, foram nomeados, em 2010, 60 candidatos aprovados. Desses, tomaram posse e entraram em exercício 17 para o cargo de analista judiciário e 14 para o cargo de técnico judiciário.

Neste primeiro semestre de 2011 esperamos concluir novo concurso para servidores do Tribunal e, com isso, a expectativa é que consigamos prover as vagas restantes.

Não obstante o TRT 24ª Região tenha um quadro de pessoal qualificado, conforme se verifica no perfil de escolaridade, o qual demonstra uma adequação qualitativa à missão institucional, o provimento dessas vagas restantes promoverá também uma melhor adequação quantitativa do quadro.

No que se refere à quantidade de servidores vinculados às unidades de apoio administrativo, comparando-se à totalidade dos lotados em outras áreas do Tribunal, verifica-se que está sendo observado o percentual máximo de 30% dos cargos e funções comissionadas, conforme estabelecido nos artigos 13 e 14 da Resolução CSJT nº 63/2010.

Com relação à terceirização, à medida que se demonstrou vantajoso e, estando em conformidade com instrumentos legais, a Administração mantém as contratações das empresas especializadas para os serviços de limpeza, conservação e copeiragem e de manutenção de imóveis e mobiliários, aproveitando o pessoal do quadro em atividades mais voltadas às atividades precípua do órgão, observando a qualificação do servidor e, especialmente, as atribuições de seu cargo.

Considerando, ainda, a necessidade de ampliação do quadro, o Tribunal estuda, ainda, realizar terceirizações para outras atividades legalmente permitidas.

Dessa forma, a utilização desse instrumento tem-se mostrado viável ao aumento da produtividade nas demais aéreas do Tribunal, que passaram a receber servidores que, anteriormente, atuavam em atividades acessórias do órgão.

Quanto à rotatividade do quadro de pessoal, verifica-se que ainda é pequena, dado que o Tribunal tem pouco mais de dezessete anos de existência e é composto por pessoal qualificado com média de idade de quarenta e dois anos e, portanto, com baixo percentual de habilitados à aposentadoria. Além disso, o percentual de saída de servidores ainda é relativamente baixo em relação ao total de servidores, considerando as diversas modalidades de vacância. Isso ocorre em virtude da atratividade da carreira e das condições de trabalho.

Assim, no curto prazo, não há expectativa de uma renovação considerável do quadro de pessoal; contudo, no prazo de 10 anos, estima-se a necessidade de maior renovação, em virtude de concessões de aposentadorias por volta de 111 cargos, conforme se verifica no perfil etário dos servidores acima de 50 anos.

Outra preocupação evidente da Administração refere-se à qualificação do pessoal do Órgão, maneira pela qual o Egrégio Tribunal Pleno deste Regional, apreciando a Matéria Administrativa nº 09/2010, expediu a Resolução Administrativa nº 4/2010, que aprovou a proposta de regulamentação do Programa Regional de Capacitação Permanente dos Servidores, o qual será conduzido pela Escola Judicial do TRT.

No que se refere ao ano de 2010, identificou-se que mais de 90% dos servidores realizaram eventos de capacitação, o que é bastante expressivo. Registre-se, ainda, que nesse ano foram capacitados os magistrados em sua totalidade.

Contribui para esse expressivo índice de capacitação, o incentivo previsto em lei para pagamento de adicionais de qualificação e treinamento aos servidores, o que os estimulam a realizarem cursos por conta própria, inclusive em nível de pós-graduação.

Por fim, cabe ressaltar que a política remuneratória deste Tribunal obedece à previsão legal constante da política salarial do Poder Judiciário, que estabelece os valores das remunerações dos cargos, das gratificações, das funções e dos cargos em comissão, o que, atualmente, está definida por meio da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

9 - Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Declaração no Anexo II.

10 - Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

As declarações de ajuste anual do IRPF 2010 – ano-calendário 2009 dos servidores da UJ foram devidamente encaminhadas por meio eletrônico ao Serviço de Recursos Humanos, observados não só o prazo legal, como, também, o devido sigilo, por meio do acesso restrito a somente dois servidores daquela diretoria e aos servidores do Serviço de Controle Interno, que realizaram a análise da evolução patrimonial dos declarantes. Quanto às declarações dos magistrados da UJ, foram, de igual modo, regularmente encaminhadas por meio eletrônico ao Serviço de Recursos Humanos, com vistas ao envio de cópia ao Tribunal de Contas da União.

11 - Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO XXVI – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ						
Aspectos do sistema de controle interno		Avaliação				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

QUADRO XXVI – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações gerais:</p> <p>A UJ realizou reuniões de diretores e chefes das áreas administrativa e judiciária com representantes do Núcleo de Planejamento Estratégico e também da Unidade de Controle Interno, que atuou no papel de facilitador, visando à análise dos aspectos do seu sistema de controle interno.</p> <p>Embora ainda não tenham sido formalizadas as definições de riscos nos termos da metodologia correlata, constatou-se que a informação e a comunicação, bem como o monitoramento dos sistemas de controle interno existentes, tem exercido um papel importante na avaliação e tratamentos dos riscos, na busca dos objetivos da UJ.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no</p>					

QUADRO XXVI – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

12 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

QUADRO XXVII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Alguns critérios de sustentabilidade ambiental aplicados são: equipamentos com menor consumo de energia (observância à tabela Procel/Inmetro), impressoras frente e verso, papel reciclado, detergente biodegradável, saboneteiras para uso de sabonete líquido e comprovação de atendimentos às normas ABNT para mobiliários e cartuchos/toners de impressão. 				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> A certificação ambiental considerada nesses procedimentos é a exigência de certificação de atendimento a normas da ABNT para o caso de aquisição de cartuchos e toners de impressão. 		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> No exercício anterior houve redução no consumo de água e energia elétrica em relação ao ano anterior, o que nos propiciou o atendimento às próprias metas de redução estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Por outro lado, não podemos mensurar qual a parcela dessa redução foi motivada, diretamente, pela aquisição de bens e produtos com tais exigências, uma vez que foram empreendidas ações internas de conscientização e de otimização desses recursos. 				X	

QUADRO XXVII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Produto adquirido: papel reciclado.		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Essa preferência tem sido manifestada, nos procedimentos licitatórios, diretamente na especificação do produto, com menção de exigências inerentes à característica do bem/produto, como, por exemplo, no caso de aquisição de refil para sabonete líquido, em substituição às compras anteriores de sabonetes em barra.		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levam à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Foram adotadas inúmeras ações, não apenas pelo fato de representar metas estabelecidas pelo CNJ para 2010, na qual obtivemos resultados bem superiores ao inicialmente estabelecido, como na obra em construção da nova sede deste Regional, com ações de aproveitamento de águas pluviais. Em junho de 2010 foram realizadas palestras na semana do meio ambiente, sendo que um dos temas foi justamente o aproveitamento da água da chuva. Frisa-se, ainda, que as ações ambientais são divulgadas em comunicações internas, informativos eletrônicos diários e por correspondência eletrônica por meio da intranet.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • A UJ já desenvolveu mais de 40 ações em prol do meio ambiente e da preservação de recursos naturais, desde a eliminação de relatórios impressos em papel, que passaram a ser distribuídos de forma eletrônica, a utilização de papel reciclado, aproveitamento da água da chuva, utilização de lâmpadas econômicas, utilização consciente da manutenção dos veículos com empresas que se comprometem com a destinação final dos produtos, evitando o descarte junto ao meio ambiente. Campanhas como o dia mundial da água, semana da árvore, hora do planeta, etc.					X
Considerações Gerais: participaram na resposta desse formulários servidores da área de Material e Patrimônio (Compras), da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa e da Comissão Permanente de Gestão e Educação Ambiental.					

QUADRO XXVII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS						
Aspectos sobre a gestão ambiental					Avaliação	
Licitações Sustentáveis					1	2
LEGENDA						
Níveis de Avaliação:						
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

13 - Gestão de bens imóveis de uso especial

QUADRO XXVIII - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

Localização geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2009	Exercício 2010
BRASIL	MATO GROSSO DO SUL	Σ	Σ
	Campo Grande	2	2
	Aquidauana	1	1
	Corumbá	1	1
	Coxim	1	1
	Dourados	1	1
	Mundo Novo	1	1
	Naviraí *	1	1
	Nova Andradina	1	1
	Paranaíba	1	1
	Ponta Porá	1	1
	Três Lagoas	1	1
Total		12	12
Fonte: Sistema SPIUnet			

* Em processo de regularização na Secretaria de Patrimônio da União. Sem registro de informação no SPIUnet.

QUADRO XXIX –DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis locados de terceiros pela UJ	
		Exercício 2009	Exercício 2010
BRASIL	MATO GROSSO DO SUL	Σ	Σ
	Campo Grande	04	04
	Amambai	01	01
	Rio Brilhante	01	01
	São Gabriel do Oeste	00	01
Total		06	06

Fonte: Processos TRT nºs 1486/2007, 2581/2007, 2787/2007, 4904/2008 e 1438/2010 .

QUADRO XXX - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
080026	916500066.500-2 Três Lagoas	13	3	doação	12/06/2008	682.753,59	--	--
080026	912500017.500-6 Paranaíba	13	3	doação	12/06/2008	358.814,93	--	--
080026	906300126.500-5 Corumbá	11	4	doação	12/06/2008	409.964,85	--	--
080026	913100106.500-4 Ponta Porã	13	3	doação	12/06/2008	304.729,70	--	--
080026	906500021.500-0 Coxim	11	4	doação	12/06/2008	359.025,70	--	--
080026	907300050.500-0 Dourados	11	3	doação	12/06/2008	844.338,53	700,00	--
080026	902100019.500-8 Aquidauana	13	3	doação	12/06/2008	320.308,97	--	--
080026	912300017.500-0 Nova Andradina	13	3	doação	12/06/2008	302.986,73	36.373,44	--
080026	917900050.500-5 Mundo Novo	13	3	doação	12/06/2008	338.267,85	--	--
080026	9051 00143.500-4 Prédio TRT	11	3	*	12/06/2008	9.948.120,50	24.504,56	--
080026	9051 00296.500-7 Nova sede TRT	13	**	doação	18/10/2005	154.375,90	--	--
Total							61.578,00	--

Fonte: Sistema SPIUnet e SIAFI.

* Não está lançado no SPIUnet o valor relativo à aquisição, cuja compra foi efetivada no ano de 1994.

** Em processo de regularização na SPU. Sem registro de informação no SPIUnet.

Foram realizadas avaliações dos imóveis no período compreendido entre o final do exercício de 2010 e o início de 2011. Porém, em face das atualizações terem sido enquadradas no nível “rigor máximo”, com validade de apenas 6 meses, este TRT solicitou a reavaliação dos valores com validade de 12 meses (“rigor normal” expedida), razão pela qual ainda não foram inseridos no sistema SPIUnet.

Campo Grande (atual prédio-sede TRT): De acordo com os dados atuais colhidos no SPIUnet, não há pendências em relação ao registro do referido imóvel.

Corumbá: Há entraves para o registro da doação do terreno em cartório, em face da necessidade de desmembramentos de lotes da área onde está situada a Vara do Trabalho, situação que envolve o próprio Estado.

Dourados: Resta pendente a averbação da ampliação do prédio que abriga o Fórum Trabalhista, cuja regularização depende da instalação de hidrante, conforme exigido pela Prefeitura Municipal. Será providenciada, no ano em curso, a contratação de empresa para a instalação do hidrante.

Naviraí: Embora esteja instalada em sede própria, ainda está em processo regularização pela SPU e não consta do SPIUnet.

Foi enviado ofício à Secretaria do Patrimônio da União/MS solicitando informações a respeito de eventuais providências a serem tomadas por este Tribunal para a regularização da documentação dos imóveis sob sua responsabilidade.

13.1 – Análise crítica sobre a gestão de bens imóveis de uso especial

Como se vê pelos quadros apresentados, a quase totalidade dos bens imóveis de uso especial encontram-se sob a propriedade da União, à exceção dos imóveis ocupados pelo Fórum Trabalhista de Campo Grande e pelas Varas Trabalhistas de Amambai, Rio Brilhante e São Gabriel do Oeste. Ressalte-se que há a previsão de edificação das sedes próprias das Varas do Trabalho de Amambai e São Gabriel do Oeste ainda para o exercício de 2011. Cabe, ainda, registrar que, no exercício em referência, houve um dispêndio relativamente baixo com a manutenção dos imóveis da UJ, tendo em vista a política de conservação e manutenção dos imóveis propiciada pelas descentralizações orçamentárias à conta do projeto de “Modernização das Instalações da Justiça do Trabalho”, com dotação alocada ao Orçamento do TST e provisionada aos TRTs.

14 - Gestão de tecnologia da informação (TI)

QUADRO XXXI - GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					29 servidores 0 terceirizados
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					0 % de participação
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: questionário respondido individualmente, sob a responsabilidade do Diretor da Secretaria de Informática.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

15 - Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal

A utilização de cartões de pagamento do Governo Federal, no âmbito desta UJ, encontra-se regulamentada pela Resolução Administrativa n. 25/2008, editada consoante as disposições dos Decretos n. 5.355/2005 e 6.370/2008, bem como da Resolução n. 49/2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que regulamenta a realização de despesa por meio de Suprimento de Fundos e o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

As despesas realizadas por meio de suprimento de fundos com o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal-CPGF no exercício de 2010, com destaque para os valores gastos através da modalidade de “saque”, estão evidenciados no quadro a seguir, que traz, também, as despesas incorridas no exercício de 2009:

Discriminação	2009		2010	
	R\$	%	R\$	%
Fatura	9.131,97	78,47	8.652,14	79,96
Saque	2.505,52	21,53	2.168,49	20,04
Total	11.637,49	100,00	10.820,63	100,00

16 - Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO XXXII – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	400.044/1998-6	311/2002-PL	8.1	RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Descrição da Deliberação:					
c. adote as medidas necessárias com o objetivo de fazer cessar o pagamento da vantagem denominada auxílio-alimentação aos magistrados trabalhistas, por falta de amparo legal, caso essa providência ainda não tenha sido adotada, dispensando-se a devolução dos valores recebidos indevidamente, por reconhecer o princípio da boa-fé e determinar a aplicação, por analogia, da Súmula nº 106, da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Síntese da providência adotada:					
Conforme anteriormente informado no processo de contas de 2009, esta matéria foi objeto de interposição de Mandado de Segurança, Recurso e agravo de Instrumento. Em julho de 2005, o Presidente deste Tribunal determinou					

a suspensão imediata do pagamento do auxílio-alimentação aos Juízes beneficiários. Em maio de 2006, o Agravo de Instrumento foi negado e o processo transitou em julgado no STF. Os Juízes foram oficiados. Houve requerimento para a compensação com valores que tinham a receber de outras ações, sendo negado o pedido e determinado que a devolução obedecesse ao disposto no § 1º do art. 46 da Lei nº 8.112/90. Alguns juízes procederam ao ressarcimento integral do valor apurado e os demais estão devolvendo em parcelas, conforme previsão legal.

Síntese dos resultados obtidos

Alguns Juízes que foram beneficiados com a percepção do auxílio-alimentação devolveram integralmente os valores. No entanto, a maioria está realizando o ressarcimento em parcelas, descontadas na folha de pagamento.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A demora no cumprimento da determinação foi ocasionada, principalmente, em virtude das diversas ações e recursos impetrados sobre a matéria.

16.1 - Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO XXXIII - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	025.818/2008-4	1074/2009-PL	9.1	RE	Ofício nº 80/2009 TCU/ADPLAN-Gab
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Descrição da Deliberação:					
9.1.2.nORMATIZEM a atividade de auditoria interna.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Foi elaborada a minuta da portaria regulamentadora. No entanto, o CNJ expediu a Resolução nº 86 de 8 de setembro de 2009, dispondo sobre a organização e funcionamento das unidades de controle interno e, especificamente no artigo 6º, autoriza a Corregedoria Nacional de Justiça a editar o Manual de Controle Interno do Poder Judiciário, providência ainda não adotada pelo Órgão responsável.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não obstante a falta de normatização interna pelo motivo elencado acima, este Tribunal tem plena noção da atividade do controle interno neste órgão, cuja atuação é primordial para o alcance dos resultados obtidos por este Regional.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	012.213/2005-3	3206/2009-1	1.6.1	DE	Ofício nº 1218/2009-TCU/SECEX-PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Descrição da Deliberação:					
1.6.Determinações: 1.6.1.determinar ao Controle Interno do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho que se manifestem expressamente, nas próximas contas anuais das respectivas cortes trabalhista, acerca do cumprimento da decisão judicial objeto da Apelação Cível n. 281981, número de origem 2001.83.00014043-4, quanto ao eventual ressarcimento dos valores porventura pagos aos servidores substituídos pela ANAJUSTRA.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O Tribunal suspendeu os pagamentos da função cheia no final do exercício de 2004. O ressarcimento dos valores pagos está sobrestado aguardando decisão do Agravo de Instrumento AI-576177 no STF. O Serviço de Controle Interno tem informado, anualmente, o andamento da ação nos processos de contas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Considerando que o processo em comento encontra-se em trâmite no STF, aguardando prolação de sentença de mérito, não foi possível informar os resultados obtidos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	025.662/2006-5	2253/2007-PL	9.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Descrição da Deliberação:					
9.2.2.caso reste comprovada a irregularidade descrita no subitem anterior, adotem o devido processo legal para sustar os pagamentos inquinados e para que sejam ressarcidos os valores indevidos, observando o limite de 10% calculado sobre a remuneração, na forma do art. 46, §1º, da Lei nº 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
De fato a Administração realizou o pagamento aos Juízes Classistas nos anos de 1997, 1998 e 1999, tendo em vista “deliberação proferida no âmbito do CSJT”, Processo CSJT n. 085/2006-000-90-00.8. No entanto, após receber a determinação retro, realizou o levantamento dos valores recebidos indevidamente, a fim de cumpri-la. Os Juízes Classistas que haviam recebido os valores foram oficiados. Tendo em vista o pedido de reexame impetrado pela ANAJUCLA, recebido pelo TCU com efeito suspensivo, o Presidente deste Tribunal determinou o sobrestamento do					

processo administrativo, até decisão final do recurso. Em fevereiro de 2010, foi protocolada comunicação do CSJT noticiando a prolação do Acordo do TCU que negou provimento aos embargos de declaração e pedido de reexame interpostos pela ANAJUCLA e solicitou a este Tribunal que informasse as medidas empreendidas para o cumprimento das determinações do TCU. Após análise da matéria, tendo em vista o requerimento de um dos interessados, a Presidência deste Tribunal, entendendo a ocorrência de decadência administrativa, assim expediu ofício ao TCU e ao CSJT.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

As diversas ações e recursos impetrados sobre a matéria implicaram na demora para a deliberação final sobre o caso.

17 - Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO XXXIV - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Suprimento de Fundos	5.2	Relatório de Auditoria n° 01/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
5.2. Oriente os supridos para que: 5.2.1. verifique a data de validade, bem como o correto preenchimento do documento fiscal emitido pela contratada; 5.2.2. observe as datas de aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos, a fim de evitar a sua utilização fora do prazo estipulado; 5.2.3. em se tratando de contratação de pessoa física justifique a impossibilidade do atendimento da despesa por pessoa jurídica.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Síntese da providência adotada:			
Encaminhado Ofício Circular TRT/DGCA n° 004/2010 aos supridos, com cópia do relatório de auditoria, orientando-os para que observem atentamente a execução das despesas com suprimentos de fundos, de modo a evitar a reincidência das falhas apontadas no relatório.			
Síntese dos resultados obtidos			
As orientações foram observadas pelos supridos, com exceção do item 5.2.2., considerando que houve atraso na prestação de contas, em 2010, de dois suprimentos de fundos, tendo sido os supridos novamente alertados.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os supridos foram rapidamente alertados, após o acatamento da referida recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Divergência entre termo de referência e edital	1	Relatório de Auditoria n° 05/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
<p>1. Oriente aos setores envolvidos para que:</p> <p>1.1. a justificativa da contratação e o termo de referência sejam elaborados separadamente, conforme preceitua o art. 30, itens I e II, do Decreto n° 5.450/2005</p> <p>1.2. na elaboração do termo de referência seja observado, somente, o contido no art. 9º, parágrafo 2º, do mesmo Decreto.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Síntese da providência adotada:			
Recomendação integralmente acolhida e encaminhada aos setores envolvidos para observância no exercício de 2011, tendo em vista que o relatório foi encaminhado a esta Diretoria no mês de outubro de 2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não vislumbramos nenhum resultado no exercício em referência, tendo em vista que a presente recomendação terá seu cumprimento no exercício de 2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Edital de contratação de serviços de limpeza e de copeiragem	1	Relatório de Auditoria n° 07/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
1. Foi orientada à Administração que efetuasse uma revisão em todo o edital e seus anexos, tendo em vista as inconsistências encontradas na auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Síntese da providência adotada:			
O Relatório de Auditoria foi encaminhado ao setor competente para as providências quanto às orientações nele contidas.			
Síntese dos resultados obtidos			
O edital foi alterado. No entanto, não houve a contratação do serviço no exercício de 2010.			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores que prejudicassem a adoção de providências pelo gestor, tendo em vista que as providências foram tomadas tempestivamente.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Dispensa da publicação da ratificação da despesa – Acórdão TCU nº 1336/2006		Recomendação SCI Nº 01/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
-Recomendação para que doravante as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação sejam fundamentadas em seus respectivos artigos e incisos conforme sua classificação, devendo a despesa ser ratificada pela autoridade superior, dispensando-se a publicação da ratificação, em observância ao princípio da economicidade, quando os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados no artigo 24 incisos I e II da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Síntese da providência adotada:			
A recomendação foi acolhida e os servidores envolvidos foram cientificados.			
Síntese dos resultados obtidos			
Com a adoção do procedimento, houve uma sensível redução das despesas com publicação dessa natureza.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Taxas de inscrição relativas ao Concurso Público Servidores –Exercício 2010	1	Despacho proferido na MA nº 05/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª região			
Descrição da Recomendação:			
1. Recomenda que as taxas de inscrição de concurso público devam ser recolhidas à conta do Tesouro Nacional e que a realização da despesa deverá ser precedida de autorização legislativa.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região	
Síntese da providência adotada:	
Foi acatada a recomendação e solicito o crédito suplementar.	
Síntese dos resultados obtidos	
O crédito foi autorizado e as taxas foram recolhidas à conta do Tesouro Nacional.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

17.1 - Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO XXXV - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Pagamento de Diárias	3	Relatório de Auditoria n° 02/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
3.2. faça constar na norma interna, de forma clara e precisa a definição para o termo “equipe de trabalho”.			
3.3. uniformize os procedimentos de concessão de diárias aos servidores da especialidade segurança quando designados como motorista em deslocamento de magistrados ou servidores, de forma a não suscitar dúvidas por ocasião do pagamento das diárias.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de outubro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Foi encaminhado o relatório aos setores responsáveis pela emissão dos atos e portarias para ciência. Quanto à sugestão de alteração da norma interna, esta Administração está estudando a possibilidade de alteração da norma e verificando os impactos orçamentários que poderão ocorrer.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Pagamento de Diárias	3	Relatório de Auditoria nº 02/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
3.4.implemente controle no planejamento das viagens de modo que as diárias sejam pagas antecipadamente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de outubro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Foi encaminhado o relatório aos setores responsáveis pela emissão dos atos e portarias para ciência e observância da norma interna.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Pagamento de Diárias	3	Relatório de Auditoria nº 02/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
3.5. Dê continuidade na solução da complementação de diárias referente a um deslocamento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de outubro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Foi verificado que, não obstante o beneficiário ter preenchido o relatório de viagens com data diversa do que foi autorizada, não foi atendida a sua solicitação, pois este não justificou o deslocamento no período informado no relatório de viagem.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Pagamento de Diárias	3	Relatório de Auditoria nº 02/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
3.6. Altere a norma interna fazendo constar que a comprovação da viagem seja por meio do cartão de embarque ou declaração da companhia aérea atestando a data do efetivo deslocamento (ida/volta)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de outubro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Esta Administração não acatou a recomendação acima, tendo em vista que nem todas as companhias aéreas disponibilizam declaração, dificultando assim a comprovação de deslocamento ao beneficiário quando ocorrer o extravio do comprovante. Encaminhamos o relatório ao setor responsável pela juntada do documento no processo de diárias, a fim de observar as datas dos comprovantes de embarque e desembarque.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Consignações em Folha de Pagamento	5	Relatório de Auditoria nº 06/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
5.1.reformule a regulamentação interna de forma a fazer constar a previsão de cobrança dos custos administrativos para processamento das consignações facultativas, regulando, inclusive, os convênios atualmente em vigência, dando plena eficácia ao comando legal contido no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.112/90			
5.3. reformule a regulamentação interna para fazer constar a rubrica referente à mensalidade ou contribuição sindical como consignação compulsória, nos termos do art. 240, alínea "c" da Lei nº 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado a esta Diretoria no mês de outubro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa somente no início do exercício de 2011. No entanto, as alterações sugeridas foram realizadas na regulamentação interna no mês de março/2011.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Consignações em Folha de Pagamento	5	Relatório de Auditoria nº 06/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
5.2 formalize todos os contratos referentes a consignações facultativas em folha de pagamento, mediante a elaboração e assinatura do respectivo instrumento contratual entre o TRT e os consignatários, em cumprimento ao ato normativo em vigor.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de outubro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O relatório foi encaminhado ao setor competente somente no início do exercício de 2011, para informar quais são os consignatários que atualmente possuem descontos na folha de pagamento e não possuem acordo/convênio formalizados, a fim de realizar a regularização destes.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Consignações em Folha de Pagamento	5	Relatório de Auditoria nº 06/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
5.4. observe os limites fixados na regulamentação interna nas futuras autorizações de consignações, de forma a evitar que a soma mensal dessas consignações ultrapasse o referido limite.			
5.5. Avalie a possibilidade de desenvolver aplicativo no sistema SRH com o objetivo de emitir as cartas de margem consignável, utilizando-se do próprio banco de dados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de outubro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Embora o relatório tenha sido encaminhado ao setor competente no início do exercício de 2011, as providências estão sendo tomadas juntamente com a Secretaria de Informática, visando à elaboração de estudos para aperfeiçoamento do sistema já existente e dos controles internos do setor responsável pelo recebimento das declarações, a fim de reduzir as falhas e o tempo gasto nessa tarefa, evitando assim que situações descritas no presente relatório venham a se repetir.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Declaração de Bens e Rendas dos servidores do TRT 24ª Região - Ano Calendário 2009/Exercício 2010	7	Relatório de Auditoria nº 08/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
7.1. quando do recebimento das declarações por meio eletrônico (Sistema SRH), sejam todas conferidas a fim de verificar se as mesmas estão completas e, somente após a verificação, seja enviado o protocolo de confirmação de recebimento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de dezembro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O relatório foi encaminhado ao setor competente somente no início do exercício de 2011, para que estude, juntamente com a Secretaria de Informática, a possibilidade de uma nova versão do sistema, a fim de que os arquivos recebidos estejam no formato PDF, e que correspondam aos mesmos transmitidos à Receita Federal do Brasil.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Declaração de Bens e Rendamentos dos servidores do TRT/24ª Região - Ano Calendário 2009/Exercício 2010	7	Relatório de Auditoria nº 08/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
7.2. expirado o prazo legal de entrega, listar o nome de todos os servidores que exerceram cargo em comissão ou função de confiança e que não entregaram a declaração, comunicando o fato à Administração desta Corte para deliberação.			
7.3. exija dos servidores cedidos, quando do retorno ao seu órgão de origem, versão atualizada da declaração de bens e rendas.			
7.4. providências para que um servidor que não entregou a declaração seja oficiado, em atendimento ao disposto na legislação vigente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de dezembro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O relatório foi encaminhado ao setor competente somente no exercício de 2011, para que informe à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa, em tempo hábil, quando ocorrer o citado nos itens 7.2, 7.3 e 7.4. Ressaltamos que o servidor citado no item 7.4 entregou a sua declaração.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Declaração de Bens e Rendamentos dos servidores do TRT/24ª Região - Ano Calendário 2009/Exercício 2010	7	Relatório de Auditoria nº 08/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
7.5. recomenda ao SRH que tome as providências no seu devido tempo, para evitar que essas ocorrências somente venham a ser sanadas quando apontadas no relatório de auditoria, bem como que sejam implementados os controles internos com o objetivo de eliminar essas irregularidades.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			

O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de dezembro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O relatório foi encaminhado ao setor competente somente no exercício de 2011, para que observe a recomendação quanto a implementar controles internos com o objetivo de eliminar as irregularidades.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Substituição em Função Comissionada	5	Nota de Auditoria nº 02/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			
Descrição da Recomendação:			
5.1. Regularize o pagamento das substituições dos servidores elencados. 5.2. Esclareça o critério utilizado para cálculo do pagamento de substituições em função comissionada quando estas recaiam em sábados e domingos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa do TRT 24ª Região			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O referido relatório foi encaminhado à Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa no mês de outubro de 2010, fato este que dificultou o seu cumprimento dentro do próprio exercício.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Foi encaminhado ao setor competente para realizar os cálculos dos valores a serem ressarcidos, a fim de oficiar os servidores para devolução dos valores recebidos indevidamente, bem como está sendo feito um estudo para adoção de um critério único, a fim de, juntamente com a Secretaria de Informática, alterar o sistema informatizado.			

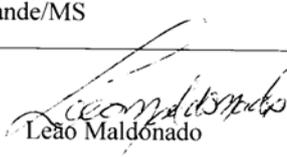
É o Relatório.

Campo Grande, MS, 31 de março de 2011.

MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA
Desembargador Presidente do Tribunal Regional do
Trabalho da 24ª Região

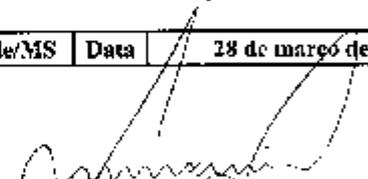
ANEXO I

Declaração do Contador responsável pela Unidade Jurisdicionada

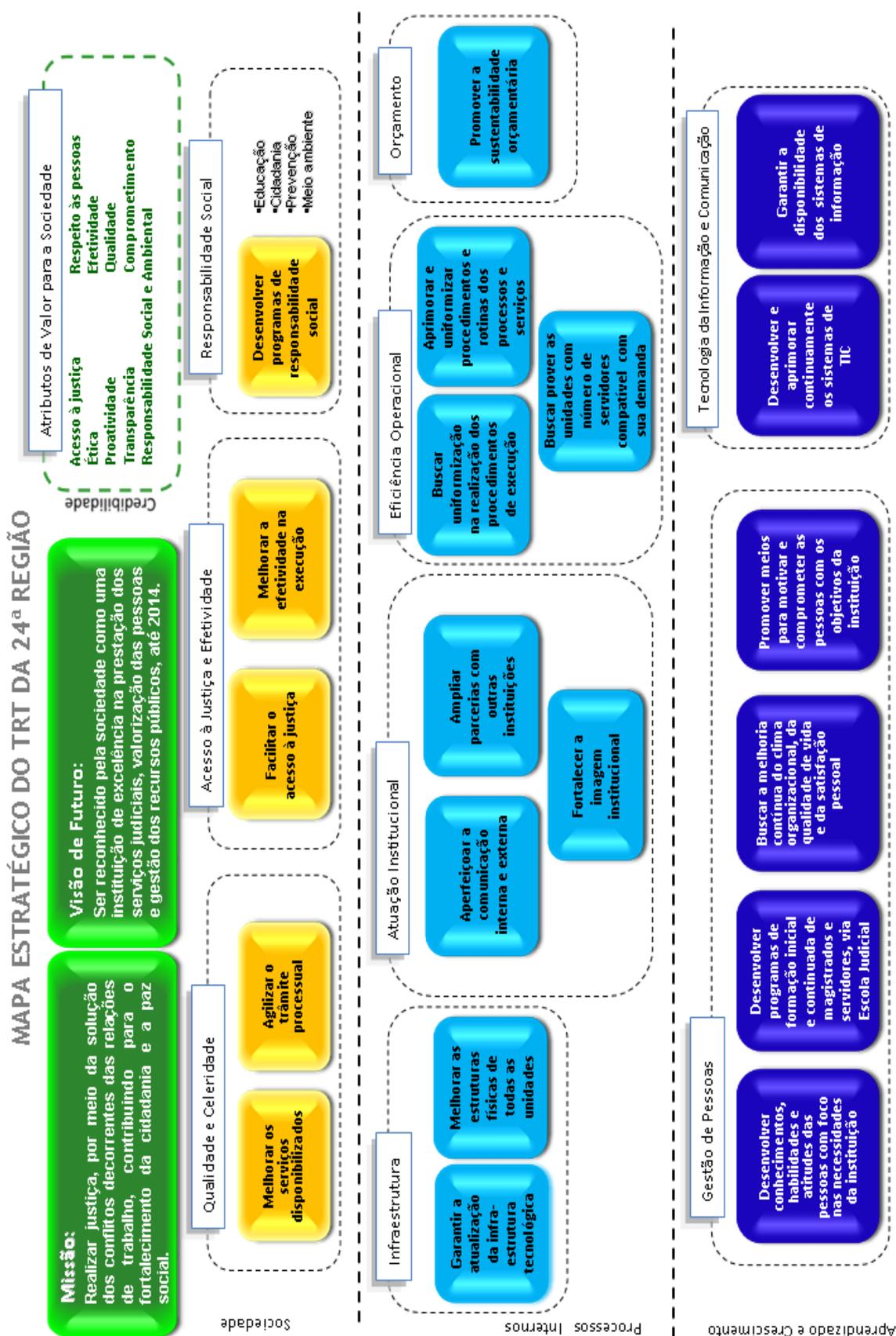
DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região			080026
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Campo Grande/MS	Data	28 de março de 2011
Contador Responsável	 Leão Maldonado	CRC nº	6624-5/O

ANEXO II

Declaração do responsável pelos lançamentos de contratos e convênios no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO			
Denominação completa (L-J):		Código da UG:	
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região		080026	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Campo Grande/MS	Data	28 de março de 2011
Responsável	 GERSON MARTINS DE OLIVEIRA Secretário Executivo da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa		

MAPA ESTRATÉGICO DO TRT DA 24ª REGIÃO



ANEXO IV - SÍNTESE DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT DA 24ª REGIÃO - 2010/2014

Visão	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais
<p>Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência na prestação dos serviços judiciais, valorização das pessoas e gestão dos recursos públicos, até 2014.</p>	<p>Satisfação dos usuários com a prestação dos serviços judiciais, a valorização das pessoas e a gestão dos recursos públicos.</p> <p>Fórmula: % de aprovação em pesquisa de satisfação com os públicos interno e externo.</p>	<p>Resultados: 92% dos usuários estão satisfeitos com a prestação dos serviços judiciais, a valorização das pessoas e a gestão dos recursos públicos realizados pelo Tribunal, conforme a pesquisa de satisfação. A meta de 72% foi superada.</p>	<p align="center">Plano Estratégico</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Qualidade e Celeridade	Melhorar os serviços disponibilizados.	Satisfação dos usuários com a qualidade dos serviços oferecidos. Fórmula: % de aprovação em pesquisa de satisfação	Resultados: 94,03 dos usuários estão satisfeitos com a qualidade dos serviços oferecidos pelo Tribunal, conforme a pesquisa de satisfação. A meta, de 72% foi superada.	Otimização dos serviços disponibilizados e prestados no TRT da 24ª Região	Projeto com previsão de início em 2011.
		Agilizar o trâmite Processual.	Índice de agilidade na instrução dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços Fórmula: % de processos de instrução tramitados no prazo padrão, em relação ao total: - 60 dias para concurso e concorrências do tipo empreitada global; - 60 dias para demais concorrências e tomadas de preços dos tipos técnica e técnica e preço; - 45 dias para demais tomadas de preços; - 30 dias para convites e pregão, - 30 dias para dispensa e inexigibilidade	Resultados: 39% dos processos atingiram os prazos estabelecidos nas metas acima. A meta para 2010, de 68%, não foi atingida. Obs: O Fluxograma remodelado do Processo de Contratação de Bens e Serviços e o Manual do Processo de Contratação de Bens e Serviços resultante do Projeto foram concluídos em dezembro de 2010, não surtindo seus efeitos naquele ano.	Central de Atendimento ao Cidadão	Projeto com previsão de início em 2011, conforme o cronograma aprovado na 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE).
					Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho	Projeto compartilhado com o objetivo estratégico "Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços", no qual consta o detalhamento da execução deste projeto. Obs. O Fluxograma remodelado do Processo de Contratação de Bens e Serviços e o Manual do Processo de Contratação de Bens e Serviços resultante do Projeto foram concluídos em dezembro de 2010, não surtindo seus efeitos naquele ano, para esses dois indicadores. No campo das ações estratégicas foram implementadas as seguintes diretrizes: <ul style="list-style-type: none"> • Foram ampliadas as fontes de pesquisa de preço (internet, SISPP do SIASG, preços pagos pelo TRT em aquisições anteriores); • Foram estreitados os relacionamentos com os setores requisitantes; e • Em alguns casos a Seção de Compras tem ido até a empresa para a coleta de preços.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Qualidade e Celeridade	Agilizar o trâmite Processual.	<p>Índice de agilidade na aquisição de bens e contratação de serviços</p> <p>Fórmula: % de processos de aquisição de bens e contratação de serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada global, técnica ou técnica e preço; - 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço; - 60 dias, para demais tomadas de preços; - 50 dias, para convites e pregão, - 8 dias para dispensa e inexigibilidade. 	<p>Resultado: 25% dos processos atingiram os prazos estabelecidos nas metas acima. A meta para 2010, de 68%, não foi atingida.</p>	<p>Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho</p>	<p>Projeto compartilhado com o objetivo estratégico: Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços.</p>
			<p>Taxa de congestionamento (processo de conhecimento) 1º e 2º graus</p> <p>Fórmula: $1 - (\text{total de processo baixados} / \text{casos novos} + \text{casos pendentes})$ FÓRMULA DO SIESPJ (JUSTIÇA EM NÚMEROS) - Res. N° 76/2009 do CNJ</p>	<p>Taxa de congestionamento na fase de conhecimento (1º grau): 25,3%. Dessa forma, a meta para 2010 (40%) foi superada.</p> <p>Taxa de congestionamento na fase de conhecimento (2º grau): 9,7%. Dessa forma, a meta para 2010 (14%) foi superada.</p>	<p>Qualidade, eficiência e agilidade na tramitação dos processos judiciais</p>	<p>Projeto com previsão de início em 2011.</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Qualidade e Celeridade	Agilizar o trâmite Processual.	Índice de agilidade no julgamento no 1º e 2º graus Fórmula: Na fase de conhecimento: do protocolo à baixa do conhecimento; Na fase de execução: do trânsito em julgado à baixa	<p>Tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (1º grau): 197 dias. Dessa forma, a meta para 2010 (290 dias) foi superada. Informamos que para aferição do resultado, levou-se em conta apenas o prazo do rito ordinário.*</p> <p>Tempo médio de julgamento dos processos na fase de execução (1º grau): 514 dias. Dessa forma, a meta para 2010 (525 dias) foi superada. Informamos que para aferição do resultado, levou-se em conta apenas o prazo do rito ordinário – empresas privadas.*</p> <p>Tempo médio de julgamento dos processos na fase de conhecimento (2º grau): 58,34 dias. Dessa forma, a meta para 2010 (175 dias) foi superada.</p> <p>Memória de Cálculo: *Dados extraídos pelo sistema Judice.</p>	Processo Judicial Eletrônico	Os indicadores deste objetivo apresentam atualmente estes resultados. Contudo, o projeto principal, "Processo Judicial Eletrônico", que alavancará o objetivo estratégico, ainda não foi iniciado e está programado para 2011, conforme o cronograma aprovado na 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE). Seu desenvolvimento está descrito no objetivo "Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC".
	Acesso à Justiça e Efetividade	Facilitar o acesso à justiça.	Acesso à Justiça por meio eletrônico Fórmula: Percentual do total de peticionamento eletrônico / total de peticionamentos.	<p>O índice apurado foi de 10,55%. Dessa forma, a meta para 2010 (7%) foi superada.</p> <p>Memória de Cálculo: Dados obtidos pelos sistemas Judice e E-Doc.</p>	Processo judicial eletrônico	<p>O projeto principal, "Processo Judicial Eletrônico", está programado para 2011 e tem seu desenvolvimento conforme descrito no objetivo "Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC".</p> <p>Entretanto, como preparativo para a implementação do processo eletrônico, tem havido empenho de Diretores de Secretaria de Vara no convencimento dos Advogados para o peticionamento eletrônico, com explicação das vantagens correspondentes, o que tem movimentado o indicador de desempenho.</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Acesso à Justiça e Efetividade	Melhorar a efetividade na execução.	<p>Taxa de congestionamento na fase de execução (CNJ)</p> <p>Fórmula: 1- (processos de execução baixados/(casos novos+pendentes de execução+execuções judiciais+execuções pendentes)), no primeiro grau de jurisdição.</p>	<p>O índice apurado foi de 61,1%. Dessa forma, a meta para 2010 (60%) não foi atingida. Porém, o Projeto que alavancará este objetivo (Informações sociais de executados) terá início somente em 2012, conforme o cronograma aprovado na 1ª Reunião de Análise da Estratégica (RAE).</p>	Informações sociais de executados	Projeto com previsão de início em 2012.
			<p>Taxa de congestionamento na fase de execução, com inclusão dos dados referentes aos processos em arquivo provisório e em execução fiscal e previdenciária</p> <p>Fórmula: 1-(execuções baixadas)/(execuções pendentes), no primeiro grau de jurisdição. Na fórmula serão consideradas para os processos baixados e pendentes as execuções trabalhistas, fiscais, previdenciárias e em arquivo provisório.</p>	<p>O índice apurado foi de 67,4%. Dessa forma, a meta para 2010 (66%) não foi atingida. Porém, também neste caso, o projeto que alavancará este objetivo terá início em 2012.</p> <p>Não é possível calcular a fórmula da taxa de congestionamento considerando os processos com execução exclusivamente previdenciária, pois, no Quadro XII do Boletim Estatístico, são informados tanto os processos cuja execução iniciou exclusivamente previdenciária como os processos cuja execução iniciou trabalhista e, posteriormente, passou a execução exclusivamente previdenciária. Como, na minoria dos processos, a execução inicia exclusivamente previdenciária, o impacto de sua não consideração no cálculo da taxa de congestionamento é mínimo.</p>		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
SOCIEDADE	Responsabilidade Social	Desenvolver programas de responsabilidade social.	Número de ações desenvolvidas na área ambiental	Foram desenvolvidas 4 ações, superando a meta para 2010 (acréscimo de 2 ações).	Gestão Ambiental	<p>Ações desenvolvidas em 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação da Hora do Planeta, junto com a WWF; • Adesão ao E-remessa, ato conjunto TST/CSJT 10/2010, que determina a digitalização e o envio eletrônico dos processos da 2ª instância para o TST, trazendo economia, praticidade na consulta e celeridade; • Ampliação da utilização do E-doc, o qual atingiu percentual de 10,55% em relação ao total de protocolos de documentos; • Monitoramento mensal, por parte da DGCA, dos consumos de água, luz, telefone e combustível, por prédio, e, de papel, por unidade do TRT.
			Número de pessoas beneficiadas na área social	Em 2010, 2855 pessoas foram beneficiadas pelas ações desenvolvidas nas áreas de educação, cidadania e prevenção de litígios. Dessa forma, a meta para 2010 (2835 pessoas) foi superada.	<p>Justiça Cidadã</p> <p>Educação, Trabalho e Justiça</p>	<p>Projeto com previsão de início em 2012.</p> <p>Ações realizadas em 2010:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 7 palestras em escolas públicas; • 3 assinaturas de acordo de cooperação técnica com Universidade (2) e Ministério Público do Trabalho (1); • 4 audiências simuladas; • Lançamento do Caderno de Direitos Trabalhistas no Auditório da OAB/MS.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Infraestrutura	Garantir a atualização da infraestrutura tecnológica.	<p>Índice de aderência às metas de infraestrutura do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI</p> <p>Fórmula: número de metas atingidas/nº de metas propostas</p>	<p>Memória de Cálculo:</p> <p>- indicador 18 do PETI - meta para 2010: 50% de estações de trabalho das varas com no máximo 3 anos de uso; situação em 2010: total 326 computadores nas Varas, sendo 177 com no máximo 3 anos => valor final atingido 54%;</p> <p>- indicador 19 do PETI - meta para 2010: 80% de servidores com no máximo 5 anos de uso; situação em 2010: total de 30 servidores, sendo 27 com no máximo 5 anos => valor final atingido 90%;</p> <p>- indicador 20 do PETI - meta para 2010: 50% das varas equipadas de acordo com a resolução CNJ 90/2009; situação em 2010: total de 26 varas, sendo 21 alinhadas => valor final atingido 81%;</p> <p>- indicador 21 do PETI - meta para 2010: 40% dos sistemas atualizados; situação em 2010: total de 7 sistemas, sendo 5 atualizados => valor final atingido 71%</p> <p>Resumo final: as quatro metas foram atingidas.</p> <p>Resultado: 4 metas do PETI atingidas, das 4 propostas, o que significa que a meta do indicador para 2010, de 100%, foi atingida.</p>	Atualização da infraestrutura tecnológica	Projeto compartilhado com o objetivo estratégico: Garantir a disponibilidade dos sistemas de informação. Foi elaborado o PETI do Tribunal no 1º semestre de 2010.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Infraestrutura	Melhorar as estruturas físicas de todas as unidades.	<p>Índice de satisfação com as condições de trabalho</p> <p>Fórmula: % entre avaliações positivas quanto às condições de trabalho / pelo total de avaliações nestes itens da pesquisa</p>	<p>Resultado: 87,49% dos servidores e magistrados estão satisfeitos com as condições de trabalho, conforme resultado da pesquisa de satisfação. A meta, de 85%, foi superada.</p>	<p>Modernização das instalações físicas das unidades da Justiça do Trabalho da 24ª região</p>	<p>Ação 1 – Cumprimento integral da NR 17: Mobiliários ergonômicos 100% instalados. Em fase de levantamento de necessidades das instalações prediais. Concluído o Projeto Básico para a contratação de manutenção predial terceirizada. Não foi implantado em 2010 por falta de recurso. Planejamento para 2011.</p> <p>Ação 2 – Construção da sede própria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região: Até a medição de dezembro de 2010, foram executados 75,159% da obra.</p> <p>Ação 3 – Reforma dos telhados e instalações elétricas das Varas do Trabalho de Aquidauana, Cassilândia e Corumbá: A reforma destas Varas foi concluída no final do mês de julho/2010.</p> <p>Ação 4 – Substituição dos dois elevadores e instalação de outros dois no atual prédio-sede do Tribunal: Autuado o Processo nº 1111/2010, visando à substituição dos dois elevadores, com recursos do Projeto de Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho – CSJT. Ocorre que a licitação foi frustrada, e, não tendo sido possível empenhar até setembro, a compra será postergada para 2011.</p> <p>Ação 5 - Adaptação dos prédios das Varas do Trabalho para acessibilidade dos portadores de necessidades especiais: Todos os imóveis próprios possuem algum tipo de adaptação para PNEs, tais como rampas de acesso e banheiros adaptados. Os imóveis locados de terceiros não possuem estas adaptações. Alguns prédios possuem, também, plataforma elevatória (edifício-sede), piso tátil (sede, Varas do Trabalho de Mundo Novo, Coxim, Corumbá, Aquidauana e Naviraí). Todos os imóveis próprios e adaptados dispõem de cadeiras de rodas. Foi instalado um telefone para deficiente auditivo na Vara do Trabalho de Corumbá. As novas Varas do Trabalho a serem construídas serão totalmente adaptadas. Neste ano, as de São Gabriel do Oeste e Amambaí. Em 2012 e 2013, as de Jardim, Bataguassu e Rio Brilhante. A complementação das adaptações ainda não implementadas será realizada nas próximas reformas.</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Infraestrutura	Melhorar as estruturas físicas de todas as unidades.	Índice de satisfação com as instalações físicas	Resultado: 67,65 % dos servidores e magistrados estão satisfeitos com as instalações físicas, conforme resultado da pesquisa de satisfação. A meta, de 83%, não foi atingida.	Modernização das instalações físicas das unidades da Justiça do Trabalho da 24ª região	<p>Ação 6 – Reforma e adequação do atual prédio-sede para receber as Varas do Fórum Trabalhista: A reforma e adequação do atual prédio-sede do Tribunal está intimamente ligada à conclusão da obra da nova sede. Esta obra poderá sofrer atrasos na execução, caso não haja a liberação de recursos orçamentários necessários para tal. Em sendo concluída a nova sede, a reforma e adequação da atual sede deverá ser iniciada em seguida, dependendo, também, da liberação de recursos orçamentários próprios tempestivamente.</p> <p>Ação 7 – Construção da sala técnica de informática na Vara do Trabalho de Nova Andradina: A reforma já está sendo executada, com previsão de término na primeira quinzena de março/2011.</p> <p>Ação 8 – Manutenção permanente dos prédios das Varas do Trabalho e do Tribunal: A Seção de Engenharia concluiu o Projeto Básico para a terceirização dos serviços de manutenção de todos os prédios hoje utilizados pela Justiça do Trabalho em Mato Grosso do Sul. Foram concluídos os levantamentos de custos e a abertura da licitação respectiva está na dependência da definição do contingenciamento a ser feito pelo TST/CSJT, pois a ocorrência de cortes orçamentários significativos poderá inviabilizar a implantação desta ação em 2011.</p> <p>Ação 9 – Construção das sedes próprias das Varas do Trabalho de Amambai, Bataguassu, Jardim, Rio Brilhante e São Gabriel do Oeste: Em 2011, está prevista a construção das sedes próprias das Varas do Trabalho de Amambai e São Gabriel do Oeste, cujos projetos executivos já foram concluídos e em breve será realizada licitação para a construção dos prédios. As demais sedes próprias deverão ser construídas entre os anos de 2012 e 2013.</p>
			Fórmula: grau de satisfação (%), detectado através de pesquisa de satisfação.			

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Atuação Institucional	Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.	Número de canais de comunicação institucional efetivos Fórmula: Σ de canais de comunicação que o Tribunal utiliza	O Tribunal utiliza-se dos seguintes canais de comunicação: Ouvidoria, TV, rádio, blog, intranet, internet, e, recentemente, o Twitter, por meio dos quais divulga seus produtos, tais como, informativo eletrônico, vídeos institucionais, releases, entre outros. Sua meta para 2010, que era de utilizar sete canais de comunicação, está cumprida.	Central de Atendimento ao Cidadão	Projeto com previsão de início em 2011.
					Comunicação Estratégica	Projeto com previsão de início em 2013. No campo das ações estratégicas, pode-se inserir o “blog” e criação e a utilização do perfil do TRT no twitter do Tribunal, como mais dois canal de comunicação institucional.
		Ampliar parcerias com outras instituições.	Parcerias estratégicas Fórmula: Σ das parcerias externas que contribuem diretamente para o alcance de uma meta estratégica	O Tribunal firmou em 2010 seis Acordos de Cooperação Técnica, superando a meta prevista para 2010 (2 parcerias).	Informações sociais de executados	Projeto principal com previsão de início em 2012. No campo das ações estratégicas, no ano de 2010 foram realizadas seis parcerias: Centro Universitário Anhanguera, Procuradoria Federal de Mato Grosso do Sul, Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em MS, Ministério Público do Trabalho/PRT 24ª Região e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
		Fortalecer a imagem institucional.	Índice de inserções institucionais na mídia Fórmula: Σ de inserções nas diversas mídias no período	O número total de inserções em 2010 foi de: 412, incluindo Rádio, TV, internet. A meta para 2010 (231 inserções) foi superada.	Comunicação Estratégica	Projeto previsto para 2013. No campo das ações estratégicas: Convênio entre o Tribunal e a TV Morena – afiliada da Rede Globo, com divulgação semanal – e gratuita – de vídeos institucionais informativos sobre direitos e deveres trabalhistas de categorias específicas. O Tribunal tem aderido a ações sociais, tais como Ação Global, promovida pela Rede Globo e SESI; Evento em homenagem ao Dia do Motorista, promovido pelo SEST/SENAT, possibilitando o fortalecimento da imagem institucional bem como a aproximação da Justiça do Trabalho à população através de esclarecimentos de dúvidas de direito trabalhista.

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Eficiência Operacional	<p>Buscar uniformização na realização dos procedimentos de execução.</p>	<p>Procedimentos de execução analisados e/ou uniformizados</p> <p>Fórmula: Número de procedimentos analisados e/ou uniformizados</p>	<p>Com a execução do Projeto de Identificação, Mapeamento e Redesenho do Processo Trabalhista de 1º grau, desde o protocolo da ação até o final da fase de execução, todo o fluxo de 1º grau foi analisado e uniformizado, superando em muito a meta para 2010, embora esse não seja o projeto principal dessa meta.</p>	<p>Central de boas práticas em processos de execução</p>	<p>Projeto com previsão de início em 2011.</p>
		<p>Aprimorar e uniformizar procedimentos e rotinas dos processos e serviços.</p>	<p>Procedimentos aprimorados e/ou uniformizados</p> <p>Fórmula: Somatória do número de procedimentos analisados e/ou reestruturados</p>	<p>Meta superada, haja vista que estavam previstos o mapeamento de 2 processos e foram mapeados e analisados 2 macroprocessos: Processo de Contratação de Bens e Serviços e Processo de Reclamação Trabalhista, da distribuição até a execução, os quais contém vários processos em todo o seu fluxo.</p>	<p>Identificação, mapeamento e redesenho dos processos de trabalho</p>	<p>Foram realizadas capacitações dos magistrados e servidores envolvidos com os processos de trabalho: Processo de aquisição e fornecimento de materiais e serviços; e Processo Ação Trabalhista – 1º Grau. No desenvolvimento dos trabalhos, foram identificados e mapeados os métodos e processos de trabalho atuais das áreas judiciária e administrativa, os quais foram analisadas e redesenhadas, desburocratizadas, com a simplificação de procedimentos e eliminação ou redução de rotinas de retrabalho e gargalos, na medida do possível.</p>
		<p>Buscar prover as unidades com número de servidores compatível com sua demanda.</p>	<p>Percentual de adequação das unidades à Resolução n. 63 do CSJT</p> <p>Fórmula: Soma do percentual de adequação das unidades dividido pelo número de unidades</p>	<p>Em relação à Resolução nº 63/2008 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nossa meta para 2010 era de aumentar em 12 (doze) o total de servidores lotados nas Varas e nos Gabinetes, o que representa o cumprimento de 4% da meta total. Em 2010, o índice apurado foi de 85,27% de adequação, superando a meta para 2010 em 3,27%.</p>	<p>Cumprimento da resolução do CSJT que regulamenta a adequação de servidores e de funções comissionadas</p>	<p>Haja a vista a lotação de 20 servidores nos Gabinetes e Varas do Trabalho, ao longo de 2010 foi atingido o índice de 85,27% de adequação. Esclarecemos que esses novos servidores são oriundos da aprovação da lei 12.250/2010, que criou 72 (setenta e dois) novos cargos para o Tribunal, e que permitiu a nomeação e a posse de candidatos aprovados em nosso último concurso, que teve sua expiração ocorrida em 14/06/2010. Ainda nesse sentido, o Tribunal realizou novo concurso, visando o aproveitamento dos cargos remanescentes. Foi criado um grupo para estudar propostas para adaptação do Tribunal à Resolução 63 do CSJT, o qual está trabalhando.</p>

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Orçamento	Promover a sustentabilidade de orçamentária.	Índice de execução do orçamento de custeio e de capital disponibilizado Fórmula: % entre o valor executado e o valor total do orçamento disponibilizado	O percentual executado foi de 99,52%. Dessa forma, a meta de 2010 (96%) foi atingida. Memória de Cálculo: Total do orçamento disponibilizado = R\$ 31.332.248,00 .Valor executado = R\$ 31.182.806,15 .Resultado: $(31.182.806,15) / (31.332.248,00) = 99,52\%$ obs.: do cômputo dos valores apresentados foi deduzida a dotação orçamentária da Fonte 0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados, destinada exclusivamente à contratação da empresa organizadora do concurso público para seleção de servidores do TRT (dotação disponibilizada = R\$ 2.004.600,00 e valor executado = R\$ 1.777.883,00).”	Gestão orçamentária eficiente	As duas primeiras ações (Execução eficiente do orçamento disponibilizado ao TRT da 24ª Região e Execução do orçamento de custeio e de capital disponibilizados, dentro do próprio exercício) do projeto "Gestão Orçamentária Eficiente" referem-se à execução, e são, por isso, desenvolvidas ao longo do exercício. Já a ação relativa à "Implantação do SIAFI Gerencial" encontra-se devidamente implementada, tendo em vista a disponibilização, a partir de 14.12.2009, do SIAFI Gerencial via web, que proporciona aos usuários o acesso à aplicação via navegador (browser), sem a necessidade de instalar qualquer aplicação na estação de trabalho e a contratação de circuitos para acesso à rede do SERPRO. Projeto concluído.
			Índice de execução, dentro do próprio exercício, do orçamento de custeio e capital disponibilizado Fórmula: Percentual entre o valor do orçamento executado dentro do próprio exercício e o valor do orçamento total disponibilizado. Obs. Do orçamento executado deve ser excluído o valor inscrito em restos a pagar.	Total do orçamento disponibilizado = R\$ 31.332.248,00 Valor executado dentro do próprio exercício = R\$ 18.429.024,88 Resultado: $\frac{18.429.024,88}{31.332.248,00} = 58,82\%$ obs.: 1) do total do orçamento disponibilizado foi deduzida a dotação orçamentária da Fonte 0150 - Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados, destinada exclusivamente à contratação da empresa organizadora do concurso público para seleção de servidores do TRT, no valor de R\$ 2.004.600,00. 2) em relação ao valor destinado à construção da nova sede do Tribunal, do total disponibilizado (R\$ 13.600.000,00), somente foram executados R\$ 3.204.779,80, ficando o restante do valor inscrito em Restos a Pagar. Ressalte-se que um crédito suplementar no valor de R\$ 5.000.000,00 somente foi liberado ao final do mês de dezembro de 2010. Tal fato acabou gerando uma distorção importante no cálculo do índice de execução dentro do próprio exercício. 3) para o atingimento do maior nível possível de execução do orçamento disponibilizado, é fato que as despesas acabam sendo empenhadas mais ao final do exercício, com base, inclusive, em dotações provenientes de remanejamentos orçamentários. Isso termina por prejudicar a execução dentro do próprio exercício, já que significativo valor acaba sendo inscrito em Restos a Pagar. Dessa forma, a meta para 2010, de 90%, não foi atingida.		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
PROCESSOS INTERNOS	Orçamento	Promover a sustentabilidade orçamentária.	Índice de execução do orçamento estratégico Fórmula: % entre os valores executados nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal fim	Total do orçamento estratégico disponibilizado = R\$ 15.593.595,74 Valor executado = R\$ 15.564.153,90 Resultado: $(15.564.153,90)/(15.593.595,74) = 99,81\%$. Dessa forma, a meta para 2010, de 100% não foi atingida.	Gestão orçamentária eficiente	
			Índice de orçamento estratégico Fórmula: % entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o valor total do orçamento de custeio e de capital disponibilizado	Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas = R\$15.593.595,74 Total do orçamento de custeio e de capital disponibilizado = R\$31.332.248,00 Resultado: $(15.593.595,74)/(31.332.248,00) = 49,77\%$. Dessa forma, a meta para 2010, de 20%, foi superada. obs.: em relação ao resultado significativo do "índice de orçamento estratégico", deve ser levado em conta que, do total disponibilizado para as iniciativas estratégicas (R\$15.593.595,74), somente para a construção da nova sede do Tribunal foram liberados R\$ 13.600.000,00, o que elevou sobremodo o índice obtido.		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
APRENDIZADO E CRESCIMENTO Gestão de Pessoas		Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas com foco nas necessidades da instituição.	Índice de atendimento do programa regional de capacitação permanente do servidor (COMPARTILHADO) Fórmula: Total de servidores capacitados sobre o total de servidores	A meta de capacitar 50% dos servidores no ano de 2010, foi superada, pois foram capacitados 93,35% dos servidores.	Formação inicial e continuada de magistrados e servidores	Foi elaborado o Plano Pedagógico para o ano de 2010, o qual se desenvolveu conforme planejado e as metas de capacitação do Plano Estratégico para 2010, de magistrados e servidores, foram superadas.
		Desenvolver programas de formação inicial e continuada de magistrados e servidores, via Escola Judicial.	Índice de atendimento do programa regional de capacitação inicial e continuada de magistrados Fórmula: Total de magistrados capacitados sobre total de magistrados do quadro	A meta de capacitar 40% dos magistrados foi superada. A Escola Judicial do TRT da 24ª capacitou 100% dos magistrados, no ano de 2010.		
			Índice de atendimento do programa regional de capacitação permanente do servidor (COMPARTILHADO) Fórmula: Total de servidores capacitados sobre o total de servidores	A meta de capacitar 50% dos servidores no ano de 2010, foi superada. A Escola Judicial do TRT da 24ª capacitou 93,35% dos servidores.		
			Indicador de atingimento de metas estratégicas. Fórmula: Percentual de metas estratégicas alcançadas sobre o total de metas estratégicas definidas	Resultado: 78,78% das metas estratégicas foram atingidas. A meta, de 40% foi superada.		
		Promover meios para motivar e comprometer as pessoas com os objetivos da instituição.	Número de ações voltadas para motivação e comprometimento	Foram realizadas duas ações voltadas para motivação e comprometimento em 2010: as palestras “Planejamento Estratégico: um motivo para a ação.” e “Sensibilizando para a qualidade.” A meta de duas ações em 2010 foi atingida.		

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
		<p>Buscar a melhoria contínua do clima organizacional, da qualidade de vida e da satisfação pessoal.</p>	<p>Índice de qualidade de vida</p> <p>Fórmula: Percentual de atendimento dos itens estabelecidos para aferição da qualidade de vida. (Atendimento positivo de 40% dos itens estabelecidos para aferir a qualidade de vida: a) alimentação saudável; b) prática de exercícios físicos; c) proximidade aceitável do peso ideal, conforme idade e altura; d) hábitos saudáveis; e) higiene mental; f) prática de lazer ou hobby; f) leitura; g) atividade religiosa ou espiritual, através de instituição ou independente.). A mensuração ocorrerá através de pesquisas anualmente realizadas com servidores e magistrados.</p>	<p>Resultado: 93 % dos servidores e magistrados atendem a, pelo menos, 40% dos itens estabelecidos para aferição da qualidade de vida, conforme resultado da pesquisa de satisfação. A meta, de 20%, foi superada.</p>	<p>Qualidade de vida</p>	<p>Projeto com previsão de início em 2011.</p>
	<p>Índice de satisfação pessoal</p> <p>Fórmula: mensuração através de pesquisa anualmente realizada com servidores e magistrados, contendo duas perguntas fundamentais: 1. você está satisfeito com a vida que tem? 2. Você está satisfeito com o trabalho que tem? As respostas deverão indicar percentual de 0 a 100%).</p> <p>Cálculo: resposta positiva em pelo menos 50% nas duas perguntas programadas, sendo considerada a resposta do indicador através da seguinte fórmula: resposta 1 + resposta 2 em percentuais, dividido por dois.</p>		<p>Resultado: 94% dos servidores e magistrados possuem grau de satisfação pessoal acima de 50%, conforme resultado da pesquisa de satisfação. A meta, de 35%, foi superada.</p>			

	Tema	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
APRENDIZADO E CRESCIMENTO Tecnologia da Informação e Comunicação		Desenvolver e aprimorar continuamente os sistemas de TIC.	Renovação/atualização dos sistemas de TIC Fórmula: N° de sistemas que receberam novas funcionalidades ou foram criados/n° total de sistemas	Dentre os 25 sistemas atualmente em uso, foram efetuadas manutenções evolutivas em 7 sistemas da área administrativa, 6 sistemas judiciais e em 2 de nossos sites, sendo 2 destes novos sistemas implantados. Dessa forma, a meta estabelecida para 2010 (60%) foi atingida.	Processo Judicial Eletrônico	Situação em 25/02/2011: o módulo do Assinador eletrônico de Documentos (Assineweb) foi concluído e está em processo de instalação nas Varas. Na presente data está instalado na 1ª, 2ª, 5ª, 6ª e 7ª Varas da capital, 1ª de Dourados, 1ª e 2ª de Três Lagoas, São Gabriel do Oeste e Coxim. As demais dependem da execução do cronograma de treinamentos previsto para o 1º semestre. Na presente data encontra-se em desenvolvimento o Módulo do Magistrado, voltado para os atos praticados pelos juizes, com previsão de entrega para 20/04/2011.
					Processo Administrativo Eletrônico	Situação em 25/02/2011: o projeto foi antecipado e começou ainda em 2010. Na presente data encontra-se em desenvolvimento o módulo do Gestore Desktop, voltado para o trabalho do Serviço de Recursos Humanos, além do módulo do Gestore Web voltado para a confecção dos requerimentos por parte dos servidores, com previsão de início dos testes em maio de 2011.
			Satisfação do usuário interno e externo com os sistemas de informação e comunicação. Fórmula: % avaliações positivas / pelo total de avaliações nestes itens da pesquisa de satisfação	Resultado: 77,09 % dos usuários estão satisfeitos com os sistemas de informação e comunicação, conforme resultado da pesquisa de satisfação. A meta, de 72%, foi atingida.	Sistema de Informação e Gestão de Recursos Humanos	Situação em 25/02/2011: o projeto foi antecipado e começou em 2010 devido à necessidade de implantação da Resolução 63/2010 do CSJT. Na presente data o projeto está concluído.
					Gestão de Patrimônio	Projeto concluído em 2010.

	Tem a	Objetivo	Nome do indicador	Resultados	Projetos Principais	Projetos / Ações
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Tecnologia da Informação e Comunicação	Garantir a disponibilidade e dos sistemas de informação.	<p>Índice de disponibilidade de sistemas on-line</p> <p>Fórmula: Tempo de indisponibilidade / tempo total do período</p>	<p>Foi apurado o índice médio de 99,96%, superando a meta estabelecida para 2010 (96%).</p> <p>Memória de Cálculo: situação em 2010: total de 525600 minutos de disponibilidade previstos, sendo 525437 minutos efetivamente disponibilizados => valor final atingido 99,96%</p>	<p>Atualização da infraestrutura tecnológica</p>	<p>1. Atualização do banco de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar os servidores do RAC Oracle e versão do banco de dados; • Modificar a topologia de distribuição do banco de dados, centralizando na capital. <p>Já foi recebido o novo equipamento de armazenamento de dados (storage). O prazo do fornecedor para instalação é até abril/2011.</p> <p>2. Atualização dos servidores de rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar os servidores de arquivos, internet/intranet, email, LDAP. <p>Concluído</p> <p>3. Ampliação de links:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a capacidade de transmissão de dados e melhorar o tempo de resposta dos serviços. <p>Em dezembro/2010 foram assinados os aditivos aos contratos da Rede JT, autorizando o upgrade de quase 350 links, além de outras adequações.</p> <p>Desde a assinatura dos aditivos a Embratel vem trabalhando na implantação dos upgrades previstos. A prioridade tem sido pela instalação dos links cujo “acesso” (última milha) é da própria Embratel, o que corresponde a 53,2% de nossa rede. Na data de 03/03/2011 foi solicitado ao Sr. Denis Albuquerque, servidor da ASTIC, o envio do cronograma de instalação para o TRT24.</p> <p>4. Estruturas de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instalar cofres modulares no prédio da nova sede. <p>Os equipamentos já foram adquiridos e recebidos. A instalação deverá acontecer ainda no mês de marco/2011.</p> <p>5. Migração para a suíte BROffice:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar a suíte de software livre BROffice; • Modificar os sistemas que utilizam o MSOffice. <p>Os sistemas já foram modificados para gerar relatórios por meio do BROffice.</p> <p>6. Renovação do parque de estações de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar 1/3 dos equipamentos anualmente. <p>Em andamento, a previsão para 2010 foi cumprida. Para 2011 há orçamento disponível e o processo licitatório deverá começar em abril 2011.</p> <p>7. Renovação do parque de impressoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualizar 1/3 dos equipamentos anualmente. <p>Em andamento, a previsão para 2010 foi cumprida. Para 2011 há orçamento disponível e o processo licitatório deverá começar em abril 2011.</p> <p>8. Implantação do serviço de Service Desk:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratar o serviço de Service Desk para atendimento dos clientes internos e externos do TRT24. <p>Iniciado. A SINF está aprofundando os estudos no uso da ferramenta OKOMOM (SIATI). Ainda não há posicionamento do CSJT a respeito.</p>